

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CAROLINA OLIVEIRA DE BRITO

**O PROCESSO DE REINserÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM AcolHIMENTO INSTITUCIONAL**

VITÓRIA
2010

CAROLINA OLIVEIRA DE BRITO

**O PROCESSO DE REINserÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM AcolHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Edinete Maria Rosa

VITÓRIA
2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B862p Brito, Carolina Oliveira de, 1983-
O processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional / Carolina Oliveira de Brito. - 2010.
91 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crianças - Assistência em instituições. 2. Adolescentes - Assistência em instituições. 3. Acolhimento. 4. Reinserção familiar. I. Rosa, Edinete Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

CAROLINA OLIVEIRA DE BRITO

O PROCESSO DE REINSERÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Edinete Maria Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Zeidi Araújo Trindade
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Helena Koller
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Depois de encarar o maior desafio até hoje da minha vida, é hora de agradecer àqueles que estiveram comigo nesta longa caminhada:

À minha família, principalmente pela motivação, compreensão, carinho e incentivo em todos os momentos ao longo deste percurso, mas também por terem contribuído a me tornar esta pessoa que sou hoje. Também à Carolina Lanes, pela ajuda na reta final, momento de muito sufoco para que tudo desse certo;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES pela formação de qualidade, pelas inúmeras discussões ao longo das disciplinas e também dos corredores. Em especial aos professores Lídio de Souza, Margarida Rodrigues, Paulo Menandro e Cristina Menandro, pelas aulas brilhantes e pelo carinho;

À minha orientadora, Edinete Maria Rosa, pelo constante incentivo em pesquisar, por me apresentar esta teoria e pelas necessárias orientações ao longo destes dois anos e meio de trabalho, mas principalmente por acreditar e confiar no meu potencial;

Agradeço à Zeidi e Sílvia Koller, integrantes da minha banca de qualificação pelas contribuições e considerações relevantes para a construção desse trabalho;

À Lúcia Fajóli, secretária e pessoa essencial do programa, sempre resolvendo a vida de todos com um brilhante sorriso no rosto;

Ao NECRIAD, pelas reflexões conjuntas, pela ajuda em desenvolver as outras pesquisas. Em especial à professora Célia, pelo incentivo e carinho de sempre, e à Ana Paula, Carla, Estela e Mônica pela força nas pesquisas e Carol Biasutti, que esteve comigo nos momentos em que mais precisei na coleta de dados;

Aos meus amigos, que compreenderam minhas ausências nos momentos complicados do mestrado e que tornaram meus momentos de lazer extremamente prazerosos. Em especial à Mariana Trindade de Souza, Kamila Carla Rosa, Mariana Neves, Letícia Rabbi, Débora Cantarella, Paulo dos Santos, Bernardo Barcelos, André Carrozzo, Renata Bedran e Carla Igreja pelo apoio incondicional;

Aos também amigos “Ruminantes”, pelo apoio nas horas tensas do mestrado, mas também pela descontração e união ao longo deste período, marcada nos encontros na Lama, festas juninas, viagem ao sítio... Vocês tornaram mais leve e menos traumatizante esta caminhada!

Às equipes das instituições de acolhimento e às crianças e adolescentes acolhidas, pelos momentos compartilhados, pela oportunidade de crescimento, pelas trocas de experiências e pela confiança. Sem vocês a realização deste trabalho não teria sido possível;

À agência Capes, por viabilizar a realização da pesquisa;

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

*Mudaram as estações, nada mudou
Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
Está tudo assim tão diferente.*

*Se lembra quando a gente chegou um dia a acreditar
Que tudo era pra sempre, sem saber, que o pra sempre
Sempre acaba.*

*Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
Quando penso em alguém só penso em você
E aí, então, estamos bem.*

*Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
Nem desistir, nem tentar agora tanto faz
Estamos indo de volta pra casa.*

*Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
Nem desistir, nem tentar agora tanto faz
Estamos indo de volta pra casa.*

(Por enquanto – Renato Russo)

RESUMO

Este estudo teve como foco de investigação estudar como se estrutura o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Município de Vitória/ES, a partir da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. O Estudo I investigou as características dos processos de reinserção familiar realizados no ano de 2009, em seis instituições de acolhimento. Os instrumentos utilizados foram um roteiro para análise de prontuários e o Diário de Campo. Constatou-se que no período foram acolhidas 123 crianças e adolescentes das quais somente 13 foram reinseridas (cinco crianças e oito adolescentes). As ações objetivando a reinserção baseiam-se principalmente na realização de visitas familiares e em encaminhamentos para a rede de apoio sócio-assistencial. O Estudo II buscou contextualizar a realidade de trabalho dos integrantes das equipes técnicas destas mesmas instituições de acolhimento, bem como investigar a percepção destes profissionais acerca do processo de reinserção familiar. Foram realizados dois grupos focais e foi utilizada a técnica da inserção ecológica, sendo que os dados foram registrados em Diário de Campo. Os resultados indicam credibilidade e envolvimento dos técnicos nos processos de reinserção familiar apesar das dificuldades por eles apontadas: a não adesão das famílias aos programas de apoio familiar, a incompreensão de alguns componentes da rede sobre a família extensa, a falta de recursos financeiros das famílias e a valorização da instituição como local ideal para seus filhos permanecerem. A articulação com a rede sócio-assistencial e jurídica torna-se um grande desafio para as equipes técnicas dos espaços de acolhimento.

Palavras-chave: acolhimento institucional, crianças e adolescentes, equipes técnicas, reinserção familiar.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I	13
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II	26
De volta para casa: análise dos processos de reinserção familiar de crianças e adolescentes	26
Resumo.....	26
Abstract.....	26
Método.....	31
<i>Delineamento e participantes</i>	31
<i>Instrumentos</i>	33
<i>Procedimentos, considerações éticas e análise dos dados</i>	33
Resultados e Discussão.....	33
<i>Caracterização dos casos de reinserção familiar</i>	37
<i>Discussão dos casos de reinserção familiar</i>	42
Considerações Finais.....	45
Referências.....	48
CAPÍTULO III	51
O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento	51
Family reinsertion processes as seen from the standpoint of foster care technical teams	51
Resumo.....	51

Resumen	53
Introdução.....	53
Caracterização das instituições de acolhimento	58
Método	59
<i>Participantes</i>	59
Procedimentos e instrumentos para coleta de dados	60
Procedimento de análise dos dados e considerações éticas.....	61
Resultados	61
<i>O processo de reinserção familiar</i>	61
<i>Alguns entraves no processo de reinserção familiar</i>	63
Discussão.....	67
Considerações Finais.....	70
Referências	71
CAPÍTULO IV	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	85
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS	85
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89

APRESENTAÇÃO

Segundo relatório realizado pela Vara da Infância e da Juventude de Vitória existem dez instituições de acolhimento no município de Vitória, que perfazem uma média de 90 atendimentos por mês. Aponta ainda que a faixa etária de maior prevalência é a de 08 a 15 anos, sendo comum neste público a presença de grupos de irmãos em acolhimento institucional. Os dados da pesquisa apontam ainda que 85% das crianças e adolescentes acolhidos sob medida de proteção não recebem visitas (Livramento & Marochio, 2009).

No Espírito Santo existiam cerca de 750 crianças e adolescentes em instituições de acolhimento em 2007 (Gomes, 2007), o que mostra a relevância da presente pesquisa, que teve como foco estudar como se estrutura o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em entidades do Município de Vitória/ES, a partir da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner.

Durante o período do mestrado, a autora deste trabalho participou da coleta de dados da pesquisa “Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento”, promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz, tendo participado da coleta de dados em vinte e uma instituições de acolhimento, distribuídas em nove municípios do Estado do Espírito Santo. Percebeu-se a diversidade da realidade entre os municípios pesquisados, tanto no que diz respeito à modalidade de atendimento das instituições (a maioria enquadrava-se na categoria de Casa de Passagem, enquanto algumas se caracterizavam como Casa Lar em Comunidade, com um número elevado de crianças e adolescentes acolhidos), quanto na composição das equipes técnicas, tendo em vista que foi constatado que muitas instituições não possuíam a equipe mínima recomendada pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Além disso, percebeu-se que principalmente nas instituições localizadas fora da Grande Vitória, não havia um planejamento específico de intervenção com as famílias, focando-se somente no atendimento das crianças e adolescentes acolhidos. Desta forma, a realidade das instituições de acolhimento investigadas nesta pesquisa destoa positivamente das demais instituições do Estado.

A motivação para a investigação desta temática originou-se durante a graduação, a partir do sétimo período, quando foi cursada a disciplina de Psicologia Jurídica, e alguns textos acerca desta temática foram discutidos, embora sob outro viés. Por sua vez, esta disciplina influenciou na escolha do estágio supervisionado, realizado em uma instituição de acolhimento do município da Serra/ES, além de serem realizados atendimentos clínicos a uma criança institucionalizada. Após vivenciar o cotidiano do acolhimento institucional surgiram várias questões a serem investigadas, mas que em decorrência da proximidade do fim da graduação não puderam ser averiguadas neste momento, motivando a autora a pesquisar esta temática no mestrado.

Destaca-se que o objetivo inicial desta dissertação era desenvolver um estudo acerca do processo de desligamento institucional devido à maioria em adolescentes em situação de acolhimento institucional, tendo como foco principal os processos nos quais os adolescentes seriam reinseridos na família. Desta forma, foi realizado um levantamento dos abrigos do Estado do Espírito Santo, indicados pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento, a fim de verificar quantos adolescentes estariam nesta situação. Assim, seria feito um acompanhamento destes adolescentes durante seis meses, sendo três meses na instituição e três meses na família. No entanto, após contato telefônico com as instituições de acolhimento a fim de verificar a viabilidade da pesquisa, constatou-se que haveria uma incompatibilidade entre o tempo previsto para a coleta de dados e a data prevista para o desligamento institucional. Além disso, observou-se também que além dos poucos casos de

reinserção familiar de adolescentes, em muitas vezes estes não são desligados das instituições devido à maioria, permanecendo institucionalizados até conseguirem autonomia para saírem da instituição de acolhimento, ou ainda através de outras maneiras, como o casamento.

Este estudo pretende contribuir para a produção e o planejamento de políticas públicas que busquem o acompanhamento dos processos de reinserção familiar, valorizando o papel da família e dos vínculos familiares. Além disso, pretende ser um estudo de referência para o planejamento de ações que visem à minimização do tempo de permanência de crianças e de adolescentes nas instituições de acolhimento e sugerir mudanças que contribuam para um desenvolvimento mais saudável das crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Estado do Espírito Santo e nos demais estados brasileiros.

A partir destas considerações, esta dissertação está organizada em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo constituiu-se desta Introdução na qual será exposto com um pouco mais de profundidade a problemática estudada e o referencial teórico adotado. No segundo capítulo será apresentado um estudo realizado acerca do processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, a partir da análise dos dados coletados nos prontuários destes e também das impressões registradas durante a inserção ecológica. Foram verificadas quais as características destes processos e quais ações as equipes técnicas têm realizado no sentido de reinserir as crianças e adolescentes institucionalizadas. No terceiro capítulo será apresentado outro estudo, acerca da percepção das equipes técnicas das instituições de acolhimento pesquisadas acerca do processo de reinserção familiar, a partir de dados coletados em grupos focais realizados com os membros destas equipes, bem como a partir dos registros das impressões obtidas durante a inserção ecológica. No quarto capítulo serão apresentadas as considerações finais, retomando as questões de pesquisa propostas, além de articular os dois estudos desenvolvidos, salientando as principais conclusões e apresentando sugestões acerca desta temática.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e adolescentes abandonados está presente no Brasil há muito tempo. Estudos importantes, como os de Rizzini (1997), Marcilio (1997), Rizzini e Rizzini (2004) já foram realizados acerca da política social de atenção à criança e ao adolescente. Estes autores fazem um resgate desde a roda dos expostos, ainda no período colonial, passando pelos internatos, até as instituições de acolhimento atuais. Dessa maneira, é possível constatar que a institucionalização de crianças e adolescentes é uma prática que está arraigada na cultura brasileira no que tange ao cuidado a esta população (Siqueira, 2006).

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) é regulamentada como resultado da luta concreta de diversos setores sociais organizados, movidos pelas gritantes violações dos direitos humanos decorrentes da efetivação da Doutrina da Situação Irregular, promulgada no âmbito jurídico pelo Código de Menores, existente até o final dos anos 1970. Este considerava *irregular* qualquer criança e adolescente que estivesse em oposição à situação caracterizada de normalidade, ou seja, as crianças deveriam estar sob a autoridade de seus pais ou tutores, e quando não estivessem, eram considerados abandonados e delinquentes, estando então sujeitos à autoridade jurídica, exercida pelo Juiz de Menores (Xavier, 2008).

Assim, a Constituição da República de 1988 impôs a regulamentação do artigo n. 227, visando à proteção dos direitos da criança, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com a absoluta prioridade, o direito: à vida; à saúde; à alimentação; à educação; ao lazer; à profissionalização; à cultura; à dignidade; ao respeito; à liberdade; à convivência familiar ou comunitária. Além de colocá-los a salvo de toda

forma de: negligência; discriminação; exploração; violência; crueldade; opressão (Brasil, 1988).

A partir deste artigo originou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei nº 8069/90 (Brasil, 1990). Os preceitos desta Lei são o resultado de uma luta concreta de diversos setores sociais organizados que buscaram criar uma legislação de Proteção Integral, em detrimento da Doutrina da Situação Irregular, presente até então. Nesta perspectiva entende-se que, tanto as crianças como os adolescentes são sujeitos de direitos, como: saúde, educação, moradia, liberdade, lazer, cultura, profissionalização e convivência familiar e comunitária, que devem ser garantidos pelo Estado, pela sociedade e pela família e, também, sujeitos a deveres, contribuindo para construção de práticas que se orientem nos direitos humanos no meio em que eles se relacionam (Contini, 2002).

Desta forma, tal ruptura demarcou novas formas de se pensar a infância e adolescência, até então negligenciadas dos seus direitos. De acordo com Martinez (2006, p. 46), “a legislação não se destina agora apenas às crianças que precisam ser, de certa forma, ‘protegidas – controladas’, mas sim a todas as crianças e adolescentes”.

O artigo n. 98 do ECA estabelece que as medidas de proteção devem ser aplicadas, no intuito principal de proteger a criança e o adolescente de qualquer violação ou ameaça em quaisquer dos direitos, seja por ação ou omissão do Estado, falta, omissão ou abuso dos pais, responsáveis, seja por razão da própria conduta. As medidas de proteção referem-se à:

- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

- IV. inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V. requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI. inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII. abrigo em entidade¹;
- VIII. colocação em família substituta.

No que se refere à medida sete, foco de nosso estudo, o parágrafo único diz:

Parágrafo único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade.

Neste âmbito é o Conselho Tutelar uma das instâncias autorizadas para avaliar as condições da família e aplicar as medidas de proteção quando julgar que a criança ou adolescente esteja em situação de risco pessoal ou social, conforme preconizado no Art. 136 do ECA. Entende-se por situação de risco maus-tratos, negligência, violência física, psicológica ou sexual e trabalho infantil. Desta forma, o Conselho Tutelar pode optar pelo acolhimento institucional da criança ou adolescente.

Uma vez institucionalizada, e não havendo manifestação dos pais (ou, se a conjuntura familiar, no entanto, persistir na condição que motivou o acolhimento institucional), o Conselho Tutelar solicita autuação do pedido de providência. Nesse processo, há a necessidade de definir as providências necessárias, visando à agilidade e eficácia no encaminhamento para a definição da situação familiar da criança e/ou do adolescente, recorrendo à rede de serviços do Município, em que a família poderá ser assistida por

¹ A partir da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (nº147/99) a nomenclatura adotada para referir-se aos abrigos passa a ser instituições de acolhimento.

políticas públicas, a fim de conseguir restabelecer-se com as condições necessárias para prover o sustento do filho. Posteriormente, é solicitado um parecer técnico a fim de verificar se a criança ou adolescente poderá voltar para a família de origem (Fante & Cassab, 2007).

Caso a conjuntura familiar se caracterize como inalterada, após sucessivas tentativas de reorganizar-se, caberá ao Ministério Público entrar com o pedido de destituição do poder familiar, encaminhando a criança ou o adolescente para a adoção por uma família substituta (Livramento, Charpinel, Brasil & Rosa, 2010). Algumas crianças apesar de estarem em condições de adoção possuem poucas chances de encontrar uma família, tendo em vista que por possuírem irmãos, ou saúde precária, ou ainda superarem o critério da idade (tendo em vista a predileção no Brasil da adoção por crianças mais novas), tornam-se o que comumente é denominado de “inadotáveis” (Snizek, 2007; Vargas, 1998; Weber, 2003). Assim, de acordo com Fante e Cassab (2007),

É lamentável a situação da criança e do adolescente no Brasil, especificamente as institucionalizadas, aquelas que aguardam ansiosamente o desfecho de seu destino: a volta para a família biológica ou a colocação em família substituta após os pais serem destituídos do poder familiar (p.17).

Vale ressaltar que, das medidas de proteção previstas no Art. 101 do ECA, demonstradas anteriormente, somente as duas últimas (acolhimento institucional e colocação em família substituta) dizem respeito ao afastamento da família; as anteriores visam evitar que isto ocorra. Embora seja enfatizado que na aplicação destas medidas devam-se preferir aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na prática o que se vê é o acolhimento institucional, desconsiderando ainda que essa medida deveria ser excepcional.

Segundo o ECA devem ser oferecidos serviços de assistência integral à criança e ao adolescente quando a família não assegura o cumprimento dos direitos dos mesmos. Para isso

o Estado fica responsável por prover órgãos de apoio como as instituições de acolhimento para as quais são encaminhadas crianças e adolescentes que estão expostos a vários tipos de abuso, negligência, exploração, vulnerabilidade e outras formas de violência.

No artigo n. 101, parágrafo único, o ECA caracteriza a instituição de acolhimento como uma medida de proteção provisória e excepcional, de caráter transitório para posterior reinserção das crianças e adolescentes no ambiente familiar, não implicando privação da liberdade.

O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (Silva, 2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 instituições de acolhimento pesquisados no Brasil, sendo na sua maioria meninos entre as idades de sete e 15 anos, negros e pobres. Em relação ao tempo de permanência nas instituições de acolhimento, os dados encontrados neste estudo dão conta de que quase metade das crianças e adolescentes pesquisados (52,6%) vivia nas instituições há mais de dois anos, dentre elas, mais de 1/3 (32,9%) estava nas instituições de acolhimento por um período entre dois e seis anos; 13,3% entre seis e 10 anos; e 6,4% por um período superior a dez anos.

Assim, observa-se que apesar do ECA determinar a provisoriedade da medida de proteção do acolhimento institucional, muitas crianças e adolescentes permanecem durante anos institucionalizados, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou de voltarem para suas famílias de origem, tornando a instituição um espaço referencial onde são estabelecidos vínculos afetivos, sociais e onde se dá a construção do seu projeto de vida, ou seja, o seu desenvolvimento. Tal fato tem como uma das inúmeras conseqüências a descontinuidade, ou até mesmo o rompimento dos vínculos familiares. Além disso, observa-se na prática que os Conselhos Tutelares têm aplicado a medida acolhimento institucional como forma prioritária, deixando de orientar suas ações no sentido de encaminhar as famílias para programas que possam promover a reestruturação econômica e social (Martinez, 2006).

Percebe-se então que a sociedade moderna busca ainda soluções institucionalizantes para suas necessidades sociais. Segundo Azôr e Vectore (2008, p. 79),

Apesar de uma aparente sensibilização acerca da infância desvalida em várias esferas da sociedade, observa-se que, nessa primeira década do século XXI, as práticas adotadas ainda restringem-se à institucionalização da criança e do adolescente, reforçando a concepção da incapacidade da família em cuidar e, portanto, sublinhando a necessidade de manter o afastamento dos filhos, via internação em instituição abrigo.

Embora o Art. n. 23 do ECA preconize que: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivos suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder²”, a prática vem colidindo com tal pressuposto, tendo em vista que as condições sócio-econômicas têm sido predominantes para o rompimento dos vínculos familiares (França, 2006; Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Os efeitos de um período de institucionalização prolongado têm sido apontados na literatura, por interferirem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta (Bellamy, 2008; Carvalho, 2002; Rizinni, 1997; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

É interessante constatar que estão em instituição de acolhimentos cerca de vinte mil crianças e adolescentes que, em sua maioria absoluta, têm família (86,7%), sendo que 58% mantêm vínculo com seus familiares e o motivo mais citado para o acolhimento institucional foi a pobreza. Entretanto, apenas 14,1% das instituições de acolhimento desenvolvem trabalhos voltados à reestruturação familiar, como visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de discussão e apoio e encaminhamentos para inserção em programas de auxílio/proteção à família (Silva, 2004).

² Com o novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10/01/2002, este termo foi mudado para “poder familiar”, significando que o poder em relação aos filhos agora está dividido entre pais e mães em igualdade de condições.

Quando a situação familiar se apresenta vulnerável, caracterizando-se pela carência de recursos materiais, é imperioso que sejam realizadas ações no sentido de garantir o amparo desta família pelas políticas sociais. É importante ponderar que, mesmo não havendo uma definição clara na lei de quem é a responsabilidade do trabalho com as famílias, as instituições de acolhimento devem se comprometer para que isso ocorra, tendo em vista que a ausência de tais ações contribui para a morosidade na resolução do processo, aumentando então o tempo de institucionalização das crianças e dos adolescentes. Diante disso, prevalece o anseio de que se estas famílias fossem alvos de um trabalho social, preventivo e promocional, em relação às dificuldades socioeconômicas, talvez o número de crianças e de adolescentes sob a tutela do Estado, privadas do direito à convivência familiar, seria significativamente menor (Fante & Cassab, 2007).

O ECA considera função das instituições de acolhimento reavaliar periodicamente a situação de cada criança ou adolescente, informando à autoridade judiciária sobre a viabilidade do retorno à família de origem, além de manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos. Entretanto, na prática, observa-se a ausência de avaliações prévias e de programas de acompanhamento dos processos de reinserção familiar (Siqueira, 2006).

Em uma pesquisa nacional realizada em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Silva, 2004) constatou-se que os profissionais das instituições de acolhimento vêm encontrando sérias dificuldades para promover a reintegração familiar das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, em especial, por dificuldades econômicas da família de origem. As maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem, relatadas pelos dirigentes das instituições de acolhimento, são as precárias condições socioeconômicas, a fragilidade, ausência ou perda do

vínculo familiar e a ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar, entre outros.

É importante salientar que embora a convivência familiar seja valorizada pelo ECA, há poucos relatos, na prática, de programas que estimulem a manutenção da criança ou do adolescente em sua família de origem, o retorno a ela após a desinstitucionalização ou incentivem a colocação e manutenção em famílias substitutas. Assim, trabalhar pela reintegração familiar de crianças e de adolescentes institucionalizados leva à retomada da análise crítica do papel das instituições de acolhimento que, de recurso excepcional e temporário, transformam-se em lugares de permanência excessivamente prolongada, com o inevitável surgimento de inúmeros efeitos perversos para a criança, para a família e para a sociedade.

Para investigar esta realidade, no presente trabalho, utilizou-se a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano por ser um referencial teórico que dá suporte para investigar os diversos contextos em que a pessoa está inserida, e os estudos que já tem se utilizado desta teoria tem chegado a análises mais completas em relação a este público.

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta originalmente por Bronfenbrenner (1979/2002), tem sido utilizada para reconhecer processos pelos quais o indivíduo se desenvolve inserido em um sistema de relações que sofrem intervenção de múltiplos níveis do ambiente mais próximo (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

O ambiente ecológico é concebido por Bronfenbrenner (1979/2002, p.5) como “uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas”. Segundo esta teoria, o entendimento do desenvolvimento humano deve ser caracterizado “*no-contexto*”, isto é, requer o exame dos sistemas de interação de todas as pessoas, não se limitando ao ambiente imediato, devendo-se levar em conta aspectos do meio ambiente além da situação na qual está inserida a pessoa.

O autor alerta que as características relevantes de qualquer meio ambiente incluem não apenas suas propriedades objetivas, mas também a maneira pela qual essas propriedades são percebidas pela pessoa, ou seja, a ênfase da teoria está no que é experienciado pela pessoa num determinado meio ambiente.

Muito pouco das influências externas que afetam significativamente o comportamento e o desenvolvimento humanos podem ser descritas unicamente em termos de condições físicas e eventos objetivos; os aspectos do meio ambiente mais importantes na formação do curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação (Bronfenbrenner, 1979/2002, p.19).

Para descobrirmos empiricamente como as pessoas percebem e participam das diversas situações da vida Bronfenbrenner aponta três postulados a serem considerados no estudo ecológico do desenvolvimento: 1) As pessoas estão envolvidas em “atividade em processo”. Isso significa que a atenção das pessoas está nas operações em que a pessoa vê a ela mesma ou aos outros como atraentes. 2) Existem interconexões entre as pessoas e os ambientes e essas interconexões são percebidas pelas pessoas como relações entre as várias pessoas como membros de um grupo. 3) As pessoas vivenciam papéis que são uma série de comportamentos e expectativas associadas a uma posição na sociedade.

Os ambientes ecológicos são analisados em termos de quatro tipos de sistemas que guardam uma relação inclusiva entre si: o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

O ambiente mais próximo do sujeito é definido, de acordo com essa teoria, como microssistema, compreendido pelas relações que o mesmo estabelece com seus pais ou outros cuidadores. Um microssistema é definido por Bronfenbrenner (1979/2002) como “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento

num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (p. 18). Assim, segundo este modelo a família é o primeiro microsistema do ser humano em desenvolvimento, no qual as pessoas interagem, com relações que devem ser permeadas pela estabilidade, reciprocidade e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis (De Antoni & Koller, 2000).

Outro nível de desenvolvimento do ambiente ecológico é o mesossistema, formado pela interação com outros ambientes ou outros microsistemas. O mesossistema “[...] é formado ou ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entra num novo ambiente” (Bronfenbrenner, 1979/2002, p. 21). O ambiente de que se trata nessa teoria não se refere exclusivamente a um espaço objetivo, ele pode ser uma nova rede social, um novo vínculo, uma comunicação, etc.

Os outros níveis de relacionamento ecológico são o exossistema e o macrosistema. O exossistema consiste em ambientes que “[...] não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento” (Bronfenbrenner, 1979/2002, p.21).

Já o macrosistema se refere:

[...] a consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro, meso- e exo-) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências (Bronfenbrenner, 1979/2002, p.19).

Fundamentando-se nessa teoria, entende-se o movimento da instituição de acolhimento para outros ambientes e vice-versa como transição ecológica. Conforme Siqueira (2006) ocorre uma transição ecológica sempre que a posição da pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, do ambiente, ou de ambos.

Bronfenbrenner e Morris (1998) fazem reformulações no modelo ecológico de desenvolvimento humano, incluindo uma nova forma de olhar as propriedades da pessoa em desenvolvimento, criticando a ênfase demasiada nos contextos de desenvolvimento que Bronfenbrenner dera inicialmente, deixando os processos de desenvolvimento num segundo plano. O novo modelo passa a ser chamado de bioecológico, e tende a reforçar a ênfase nas características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento. Neste modelo são representados quatro aspectos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: “pessoa, processo, contexto e tempo”.

A pessoa é compreendida pelos aspectos biológicos, físicos e psicológicos em interação com o ambiente. Características do indivíduo em desenvolvimento, como suas convicções, temperamento, motivações teriam então impacto na maneira como os contextos são experienciados pela pessoa, tanto quanto os tipos de contexto nos quais ele se insere. Para melhor defini-la, os autores propõem três tipos de características: as disposições, que consistem nos aspectos que acionam e mantêm a interação com o ambiente; os recursos, que consistem nas características adquiridas e internalizadas na interação da pessoa em desenvolvimento com o ambiente, tais como suas habilidades, experiências e conhecimentos; e por fim as demandas, que consistem nas características inerentes e pré-determinadas da pessoa, que motivam ou desencorajam as reações do ambiente sobre ela (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O processo consiste na forma como o indivíduo em desenvolvimento interpreta suas experiências, interações e o ambiente no qual está inserido (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Para que o desenvolvimento de uma pessoa seja efetivo, é necessário que haja uma interação e participação ativa com as pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato. Tais processos, denominados como *processos proximais*, para que sejam efetivos devem ser regulares e em períodos duradouros de tempo (Martins & Szymanski, 2004).

O contexto de desenvolvimento se refere aos ambientes nos quais os indivíduos estão inseridos, e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento. São eles: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, definidos anteriormente neste capítulo.

Por fim, o tempo, ou cronossistema, consiste na seqüência de eventos que constituem a história e o cotidiano da pessoa. Divide-se em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo é analisado pela continuidade e descontinuidade dos episódios relacionados ao processo proximal. O mesotempo é caracterizado pela periodicidade dos episódios através de intervalos mais amplos. Já o macrotempo está centrado na história de vida da pessoa, nas expectativas de mudança e de ocorrência de eventos que possam ter influência no processo desenvolvimental. (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

De acordo com a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/2002), a instituição de acolhimento se caracteriza como um ambiente ecológico que influencia diretamente o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes que nela reside, sendo que essa instituição seria o microssistema central³ do ambiente ecológico destes. Este microssistema pode se relacionar com outros microssistemas como a família de origem, a escola e a comunidade, e esta interação de vários outros microssistemas é denominada mesossistema, também de fundamental importância para o desenvolvimento dos infantes e jovens.

No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, elas “[...] tem na própria instituição o microssistema central de seu ambiente ecológico” (Siqueira & Dell’Aglío, 2006, p. 72).

O mesossistema, no caso de situação em instituições de acolhimento, consiste nas interações entre a própria instituição e a família de origem da criança ou do adolescente, entre a escola e a instituição e entre a instituição e a comunidade (Siqueira, 2006). Esta interação

³ Compreende-se que na vida de uma pessoa deve existir mais de um microssistema, como a família, a escola, a instituição de acolhimento, entre outros. O microssistema central é aquele no qual a pessoa estabelece relações face-a-face e vínculos afetivos e o percebe como o espaço que mais afeta o seu desenvolvimento.

entre os vários microsistemas da criança ou do adolescente em situação de acolhimento nem sempre acontece, o que decorre num empobrecimento do mesossistema em geral.

Pode-se considerar como constituintes do exossistema, no que se refere às instituições de acolhimento, instituições como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, assim como a direção da própria entidade (Santana, 2003, como citado em Siqueira; Dell’Aglío, 2006).

Siqueira e Dell’Aglío (2006) esclarecem que o macrosistema abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais os quais são traduzidos no dia-a-dia das crianças e adolescentes abrigados “no modo como os monitores da instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive com sua família” (p.72).

Fundamentando-se nessa teoria, entende-se o movimento da instituição de acolhimento para outros ambientes e vice-versa como transição ecológica. Assim, o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional pode ser entendido como uma transição ecológica.

No interesse em estudar o processo de transição ecológica de crianças e adolescentes da instituição de acolhimento para a família, Santana (2003, como citado em Siqueira & Dell’Aglío, 2006) diz que é essencial que os pesquisadores considerem o macrosistema em estudos envolvendo sujeitos institucionalizados para que se possa compreender a rede de significações que envolve a complexa vivência institucional. Desta forma, torna-se importante compreender, de forma ampla, o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, verificando quais ações estão sendo tomadas pelas instituições no intuito de garantir a estes indivíduos o direito à convivência familiar.

CAPÍTULO II

ESTUDO I

De volta para casa: análise dos processos de reinserção familiar de crianças e adolescentes

Back home: Analysis of children and adolescents' family reunification processes

Resumo

Este estudo investigou as características dos processos de reinserção familiar de crianças e adolescentes realizados no ano de 2009, em seis instituições de acolhimento, a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Os instrumentos utilizados foram um roteiro para análise de prontuários e o Diário de Campo. Constatou-se que no período foram acolhidas 123 crianças e adolescentes das quais somente 13 foram reinseridas. As ações objetivando a reinserção basearam-se principalmente na realização de visitas familiares e em encaminhamentos para a rede de apoio sócio-assistencial. Percebeu-se uma deficiência de registros acerca da composição familiar, das visitas recebidas ou realizadas à família, dos vínculos comunitários existentes antes da aplicação da medida de proteção, o que poderia facilitar o processo de reinserção.

Palavras-chave: acolhimento institucional; crianças e adolescentes; medidas de proteção.

Abstract

This is a study of the characteristics of children and adolescents' family reinsertion processes that were carried out in six foster care institutions in 2009, based on Bioecological Model of Human Development. A script for handbook analysis and the Field Journal were employed as tools. It was found that, out of the 123 sheltered children and adolescents, only 13 were actually reinserted. The actions aiming at reinsertion were based mainly on family visits and

referrals to the social assistance support network. There was a record deficiency regarding family composition, visits to the family, and existing community bonds before the protection measures were applied, which— if done properly— would have facilitated the reinsertion process.

Keywords: Foster care; children and adolescents; protection measures; shelters

A partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei nº 8069/90 (Brasil, 1990) passa-se a considerar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e deveres (Contini, 2002). Rompe-se então com a Doutrina da Situação Irregular, pautada no Código de Menores, fundamento jurídico que realçava a condição de marginalidade de crianças e adolescentes e propunha intervenções mais jurídicas que sociais.

O Artigo 19 do ECA garante à criança e ao adolescente o direito da convivência familiar e comunitária. No entanto, quando a criança está ameaçada ou violada em seus direitos o Conselho Tutelar ou o Juizado da Infância e Juventude podem retirar a criança e colocá-la em instituições de acolhimento, como previsto no Artigo 98.

Das medidas de proteção previstas no ECA, o acolhimento institucional deve ser o último recurso, devendo-se preferir as medidas que mantenham as crianças e adolescentes com direitos violados convivendo com a família e com a comunidade, tais como, a inclusão da família em programas socioassistenciais. Quando a convivência familiar coloca em ameaça a vida da criança ou quando se avalia que a permanência no lar pode provocar maiores e recorrentes danos a integridade da criança ou do adolescente como por exemplo em caso de violência sexual, faz-se necessário o afastamento da vítima.

Em princípio, quem deve sair de casa é o abusador e não a criança. Conforme o Art. 130 do ECA, comprovada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a justiça pode determinar o afastamento do agressor da moradia comum.

Entretanto, o que se observa é a retirada da criança ou adolescente e encaminhamento para instituição de acolhimento, sendo então duplamente penalizada: pela violência sofrida e pelo afastamento da família.

Na prática isto tem sido cada vez mais observado, tendo em vista o crescente número de crianças e adolescente em acolhimento institucional (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009). Assim, de acordo com Cruz (2007), “abriga-se primeiro para depois buscar a reinserção na família natural ou a colocação em família substituta”.

No Artigo 101, parágrafo único, o ECA caracteriza a instituição de acolhimento como uma medida de proteção provisória e excepcional, de caráter transitório para posterior reinserção das crianças e adolescentes no ambiente familiar, não implicando privação da liberdade. Apesar da provisoriedade dessa medida de proteção, muitas crianças e adolescentes permanecem durante anos acolhidos na instituição, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou de voltarem para suas famílias de origem, tornando a instituição um espaço referencial onde são estabelecidos vínculos afetivos, sociais, ou seja, onde se dá o seu desenvolvimento.

O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes realizado em 2003 (Silva, 2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 instituições de acolhimento pesquisados no Brasil, sendo na sua maioria meninos entre as idades de sete e quinze anos, negros e pobres.

Em relação ao tempo de permanência nas instituições de acolhimento, os dados brasileiros encontrados em 2004 informam que quase metade das crianças e adolescentes pesquisados (52,6%) vivia nas instituições há mais de dois anos. Dentre elas, mais de 1/3 (32,9%) estava nas instituições de acolhimento por um período entre dois e seis anos; 13,3% entre seis e 10 anos; e 6,4% por um período superior a dez anos (Silva, 2004). Os efeitos de

um período de institucionalização prolongado têm sido apontados na literatura, por influenciarem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta (Bellamy, 2008; Carvalho, 2002; Rizinni, 1997; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2010).

Cerca de vinte mil crianças e adolescentes estão em instituição de acolhimentos e, em sua maioria, têm família (86,7%). Destas, 58% mantêm vínculo com seus familiares e o motivo mais citado para o acolhimento institucional foi a pobreza. Entretanto, apenas 14,1% das instituições de acolhimento desenvolvem trabalhos voltados às famílias, como visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de discussão e apoio e encaminhamentos para inserção em programas de auxílio/proteção (Silva, 2004).

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta originalmente por Bronfenbrenner (1979/1996), tem sido utilizada para reconhecer processos pelos quais o indivíduo se desenvolve inserido em um sistema de relações que sofrem intervenção de múltiplos níveis do ambiente mais próximo (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Bronfenbrenner (1979/1996) alerta que as características relevantes de qualquer meio ambiente incluem não apenas suas propriedades objetivas, mas também a maneira pela qual essas propriedades são percebidas pela pessoa, ou seja, a ênfase da teoria está no que é experienciado pelo sujeito num determinado meio ambiente.

O modelo bioecológico (PPCT) busca estudar o desenvolvimento humano no contexto e através do tempo, a partir da interação de quatro núcleos inter-relacionados: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). O contexto de desenvolvimento, foco de estudo deste artigo, refere-se aos ambientes nos quais os indivíduos estão inseridos, e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento. São eles: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O ambiente mais próximo da

pessoa é definido como um microsistema, compreendido pelas relações que o mesmo estabelece com seus pais ou outros cuidadores. Um microsistema é definido por Bronfenbrenner (1979/1996) como “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (p. 18).

Outro nível de desenvolvimento do ambiente ecológico é o mesossistema, formado pela interação do microsistema com outros ambientes ou outros microsistemas. No caso de acolhimento institucional o mesossistema consiste nas interações da própria instituição com as famílias de origem da criança ou do adolescente, da escola com a instituição e desta com a comunidade (Siqueira, 2006). O mesossistema “é formado ou ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entra num novo ambiente” (Bronfenbrenner, 1979/1996, p. 21). O ambiente não se refere exclusivamente a um espaço objetivo, ele pode ser uma nova rede social, um novo vínculo, uma comunicação, etc.

Os outros níveis de relacionamento ecológico são o exossistema e o macrosistema. O exossistema consiste em ambientes que “não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento” (Bronfenbrenner, 1979/1996, p.21). Já o macrosistema se refere:

(...) a consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro-, meso- e exo-) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências (Bronfenbrenner, 1979/1996, p.19).

Siqueira e Dell’Aglío (2006) esclarecem que o macrosistema abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais os quais são traduzidos no dia-a-dia das

crianças e adolescentes abrigados “no modo como os monitores da instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive com sua família” (p.72).

Desta forma, torna-se importante investigar como ocorre o processo de reinserção familiar em instituições de acolhimento. Assim, o presente trabalho teve por objetivo identificar as características dos processos de reinserção familiar realizados no ano de 2009, nos prontuários e seis instituições de acolhimento do município de Vitória, ES.

Método

Delineamento e participantes

O estudo teve delineamento misto, tratando-se tanto de uma pesquisa documental quanto de uma pesquisa com caráter de observação. Foram analisados 123 prontuários, o que corresponde à totalidade de crianças e adolescentes acolhidas em seis instituições de acolhimento de Vitória, ES, no ano de 2009, a fim de verificar quantos processos de reinserção familiar ocorreram nesse período, assim como as ações efetuadas pelas equipes técnicas para que isso se efetivasse. Desta totalidade, constatou-se que 13 tratavam-se de processos de reinserção familiar concluídos e, portanto, estes serão o foco principal para a elaboração do presente artigo.

O critério de inclusão adotado na escolha das instituições foi serem de caráter governamental, e o critério de exclusão foi o atendimento especializado a um público definido, como portadores de HIV, portadores de deficiência mental, entre outros. Foram excluídos os prontuários de crianças e adolescentes com permanência menor a um mês em acolhimento institucional.

Caracterização dos microssistemas pesquisados

A instituição A atende crianças de 0 a 12 anos, do sexo feminino. Possui capacidade de atendimento de 15 crianças. A equipe técnica é composta por coordenador, assistente social e psicólogo, com carga horária de 30 horas semanais cada.

A instituição B atende adolescentes de 13 a 18 anos, do sexo feminino. Possui capacidade de atendimento de 15 adolescentes. A equipe técnica é composta por coordenador, assistente social e psicólogo, com carga horária de 30 horas semanais cada.

A instituição C atende crianças de 0 a 6 anos, de ambos os sexos. Possui capacidade de atendimento de 12 crianças. A equipe técnica é composta por coordenador, assistente social e psicólogo, sendo que os dois últimos possuem carga horária de 32 horas semanais nesta instituição, além de 8 horas semanais na instituição F.

A instituição D atende crianças de 7 a 12 anos, do sexo masculino. Possui capacidade de atendimento de 12 crianças. A equipe técnica é composta por coordenador, assistente social e psicólogo, sendo que os dois últimos possuem carga horária de 32 horas semanais nesta instituição, além de 8 horas semanais na instituição E.

A instituição E atende adolescentes de 12 a 18 anos, do sexo masculino. Possui capacidade de atendimento de 12 adolescentes. A equipe técnica é composta por coordenador, assistente social e psicólogo, sendo que os dois últimos possuem carga horária de 32 horas semanais nesta instituição, além de 8 horas semanais na instituição D.

A instituição F atende crianças e adolescentes com chances remotas de reinserção familiar ou adoção, o que resulta em uma permanência mais duradoura. Enquadra-se na modalidade de Casa Lar, prevista pelo ECA. A equipe técnica é composta por coordenadora (que também assume o papel de mãe social), além de psicólogo e assistente social, sendo que estes dois últimos possuem carga horária de 8 horas semanais nesta instituição, além de 32 horas semanais na Instituição C.

As instituições de acolhimento pesquisadas funcionam em um regime de parceria entre a Prefeitura, que provê a renda para a manutenção, e Organizações não governamentais, que executam o projeto e gerenciam as atividades cotidianas nos abrigos. As Instituições A e B são gerenciadas por uma organização não governamental e de caráter filantrópico, e as demais são gerenciadas por outra ONG.

Instrumentos

Foi utilizado um roteiro para análise de prontuários contendo sete blocos, sendo eles: Identificação da criança/adolescente (sexo, data de nascimento, idade, escolaridade, dados sobre a composição familiar, localidade em que reside); Programa de assistência social (se é acompanhado por algum e qual); Dados sobre o acolhimento institucional (data do encaminhamento, órgão encaminhador, motivo, tempo total de abrigamento, motivo da saída, dados sobre acolhimentos anteriores, situação jurídica); Vivência em situação de rua (se houve e por quanto tempo); Situação de saúde; Dados sobre acompanhamento psicossocial (Plano individual de atendimento, evasões, visitas, entre outros); e Histórico da criança/adolescente (outras informações sobre a criança/adolescente durante o período de acolhimento).

Procedimentos, considerações éticas e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu entre os meses de novembro de 2009 a março de 2010. Os dados coletados na análise de prontuários foram tabulados e analisados a partir da Teoria Ecológica do Desenvolvimento, proposta por Bronfenbrenner (1979/2002).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (processo nº 059/09) e as diretorias técnicas das instituições de acolhimento autorizaram a sua realização através do “Termo de Concordância”.

Resultados e Discussão

A partir da análise dos prontuários, foram observados alguns aspectos em relação aos participantes, demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1
Dados sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes em Vitória/ES, no ano de 2009

Sexo	Masculino	59
	Feminino	64
Motivo	Negligência	27,39%
	Abandono	19,75%
	Situação de rua	15,92%
	Maus tratos	8,92%
	Abuso sexual	5,73%
	Dependência química e/ou alcoólica dos pais	5,10%
	Outros	12,10%
	Não estava descrito no prontuário	5,10%
	Encaminhamento	Conselho Tutelar
Vara da Infância e Juventude		24%
Outra instituição de acolhimento		7%
Abordagem de rua		3%
Ministério Público		3%
Programa de Proteção à Criança e a Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM)		
Não estava descrito no prontuário		2%
Outros		5%
Média do tempo de acolhimento (meses)		Instituição A
	Instituição B	30
	Instituição C	7,03
	Instituição D	17,77
	Instituição E	6,76
	Instituição F	61,85
Destino	Adoção nacional	11,38%
	Adoção internacional	3,25%
	Reinserção familiar	10,56%
	Permanência na instituição	66,66%
	Evasão	4,87%
	Outros	3,25%

Observou-se que das 123 crianças e adolescentes acolhidas por mais de um mês no ano de 2009 nas seis instituições pesquisadas do município de Vitória, ES, a média do tempo de acolhimento foi de 27,57 meses (DP=21,63). Este período refere-se somente ao tempo de acolhimento nas referidas instituições, e quando levantados nos prontuários o tempo total de acolhimento dos participantes, somando-se o tempo em outras instituições em que havia

passado previamente, este número eleva-se para uma média de 33,44 meses, tendo a média variado nas instituições entre 8,5 meses (Instituição C) e 68,15 meses (Instituição F). Percebe-se então que a média do tempo de institucionalização supera em muito os 24 meses preconizado pelo ECA, que caracterizaria a provisoriedade da medida de acolhimento institucional, tendo isso ocorrido nas Instituições A, B e F.

Os dados relativos ao tempo de acolhimento nas instituições pesquisadas corroboram o estudo de Silva (2004), que aponta para o prolongado tempo de institucionalização de crianças e adolescentes, além de demonstrar que a maior parte dos acolhidos no ano de 2009 permaneceu nas instituições (66,66%). Esperava-se que houvesse um aumento no tempo médio de permanência, conforme a idade do público-alvo de atendimento. Isso ocorreria em virtude da dificuldade de adoção com o aumento da idade da criança e do adolescente, conforme apontam os estudos de Mariano e Rossetti-Ferreira (2008), Weber (2003), o que leva a permanência de certas crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Outro fator a ser apontado que contribuiria para a confirmação dessa hipótese é a perda de vínculos familiares gerados com o elevado tempo de institucionalização, dificultando desta forma a reinserção em família de origem ou extensa, em conformidade com os estudos de Siqueira (2006), Silva e Nunes (2004) e Salina-Brandão e Williams (2008).

No entanto, os dados mostram uma média elevada do tempo de institucionalização de crianças da Instituição A, e o pouco tempo de institucionalização de adolescentes da Instituição E, conforme observado na Tabela 1. Durante conversas estabelecidas no período de coleta de dados, as equipes da Instituição A e F (que apresentaram o tempo de institucionalização mais prolongado) ressaltaram que a falta ou o insucesso de ações que visassem à reinserção familiar no início do acolhimento, fizeram com que a permanência se prolongasse cada vez mais. Como consequência disto, apontam para a ocorrência muitas vezes da ruptura do vínculo familiar, tornando mais complexa a situação destes em virtude da “herança” de ações

das equipes anteriores. Em relação à Instituição E, foi observada durante a coleta de dados a alta rotatividade dos adolescentes acolhidos nesta instituição, em virtude do número elevado de evasões, o que pode estar então contribuindo para a diminuição da média de tempo de acolhimento desta instituição. Isso não pôde ser observado na Instituição B, o que sinaliza para uma diferença de gênero, tendo em vista que as adolescentes do sexo feminino evadem da instituição de acolhimento, porém por um curto período (cerca de 2 ou 3 dias geralmente) e depois retornam. Já a equipe da instituição D apontou durante a inserção ecológica como fatores que dificultam a promoção da reinserção familiar o baixo índice de visitas familiares e também o pouco histórico familiar que possuem das crianças acolhidas. Por fim, um último fator observado pode ser destacado em relação ao tempo de acolhimento nas instituições B, E e F, que é a visão que as famílias possuem da instituição de acolhimento, uma vez que muitas atribuem às instituições de acolhimento o papel de “consertar” os erros que os adolescentes fizeram, ou ainda o papel de cuidador até a maioridade dos adolescentes. Isto foi verificado em alguns prontuários, quando a família afirmou, por exemplo, que *“o abrigo como alternativa para o ‘caminho errado’ que o adolescente estava seguindo”*. Desta forma, percebem-se características do macrossistema na dinâmica da instituição de acolhimento.

Constatou-se que das 13 crianças e adolescentes reinseridas à família, cinco eram crianças e oito eram adolescentes, distribuídos da seguinte maneira: quatro acolhidos na Instituição B, cinco na Instituição C e quatro na Instituição E. Verificou-se desta forma que as Instituições A, D e F não efetivaram nenhum processo de reinserção à família no ano de 2009 que tivesse registro nas fichas de acompanhamento. A sistematização destes casos estão dispostas na Tabela 2.

Tabela 2
Caracterização dos Casos de Reinserção Familiar

Nome Fictício	Sexo	Idade	Motivo do Acolhimento	Tempo de Acolhimento	Destino
Paula	Feminino	8 Meses	Abandono	1 Mês	Família De Origem
Alexandre	Masculino	3 Anos	Pais Dependentes Químicos/Negligência	4 Meses	Família Extensa (Avós)
Alice	Feminino	3 Anos	Abuso Sexual	2 Meses	Família Extensa (Tios e Mãe)
Maria	Feminino	6 Anos	Abandono/Negligência	4 Meses	Família Extensa (Tios)
Marcos	Masculino	7 Anos	Abandono/Negligência	4 Meses	Família Extensa (Tios)
Bruno	Masculino	13 Anos	Violência Física	6 Meses	Origem
Francisco	Masculino	13 Anos	Situação de Rua/Negligência/Abandono	10 Meses	Família Extensa (Tios)
Marcelo	Masculino	14 Anos	Abandono	3 Meses	Família de Origem
Vítor	Masculino	14 Anos	Abandono	20 Meses	Família Extensa (Tios)
Lívia	Feminino	15 Anos	Abuso Sexual, Situação de Rua	16 Meses	Pessoa não co-sanguínea (Madrinha)
Bianca	Feminino	13 Anos	Abuso Sexual	8 Meses	Família de Origem
Beatriz	Feminino	15 Anos	Abuso Sexual	8 Meses	Família de Origem
Marina	Feminino	17 Anos	Abuso Sexual	8 Meses	Família de Origem

Caracterização dos casos de reinserção familiar

Paula, filha de uma secretária do lar (16) e de um vigia predial (21) foi acolhida com 23 dias de idade, após ter sido abandonada na rodoviária. Permaneceu na instituição por um mês, mas não constavam no prontuário relatos deste período de permanência em acolhimento ou ainda de visita de familiares. Foi reinserida à família de origem e, após quatro meses da saída da criança, a equipe realizou visita domiciliar de acompanhamento ao egresso, na qual foi realizado encaminhamento da mãe da criança para o CRAS. Também foi realizada

orientação para que o companheiro desta entrasse com pedido de adoção da criança, pois a mesma só era registrada no nome da mãe.

Alexandre foi acolhido por motivo de negligência e dependência química da mãe, que voltara a usar drogas após o falecimento do pai da criança. Ele encontrava-se desnutrido e com pneumonia no momento do acolhimento. A equipe realizou reunião com o SOSF, para obter informações acerca da família da criança, onde souberam que a genitora estava residindo em abrigo para população de rua após ter sido expulsa do bairro. A equipe então visitou tal abrigo, mas a mesma havia evadido. A equipe realizou visita à escola, que apontou o alto índice de faltas da criança, além de informar que era o companheiro da mãe que levava a criança para a escola. Mencionou ainda que a genitora demonstrava pouco cuidado e afeto com a criança. A equipe entrou em contato com o Conselho Tutelar da cidade da genitora, e obteve informações sobre seus familiares. Os pais dela acreditavam que a filha estava morta, já que estava desaparecida há 13 anos, tendo deixado dois filhos (de 16 e 18 anos) sob seus cuidados. A equipe então encaminhou a criança para reinserção à família extensa (avós maternos), após quatro meses de acolhimento institucional.

Alice foi acolhida por motivo de abuso sexual. Constava que os pais compareceram ao SOSF relatando que a criança queixava-se de dores na região urogenital há 4 meses, e que desconfiavam de micose pela insalubridade do local em que residiam, ou ainda abuso por parte do cunhado ou ainda de um amigo de infância do genitor. Foi verificado que o autor dos abusos era o próprio pai da criança e, como consequência disto, os pais foram presos. Após o acolhimento institucional, tios e avós maternos a visitaram, demonstrando interesse em cuidar da criança. Os avós deram entrada no processo de guarda da criança no mês seguinte ao acolhimento. A genitora recebeu liberação para responder o processo em liberdade, bem como para visitar a filha na instituição, passando então a realizar visitas semanais. Após dois meses de acolhimento, a criança foi reinserida à família extensa (avós maternos), e a genitora foi

residir com eles. A equipe realizou duas visitas de acompanhamento ao egresso, onde constataram boas condições de cuidado da criança e acompanhamento psicológico realizado pelo CREAS.

Marcos e Maria eram irmãos, e ficaram acolhidos na mesma instituição por 4 meses, por motivo de negligência/abandono. Já haviam sido abrigados por cinco meses em outras instituições de acolhimento. A genitora das crianças era envolvida com prostituição e tráfico de drogas, e o genitor encontrava-se preso. Maria apresentava comportamentos sexualizados, e atribuía-se ao fato da mãe a deixar presa em casa assistindo vídeos pornográficos. Antes do acolhimento, Maria ficava sob responsabilidade de uma senhora da comunidade em que residia, e Marcos ficava com parentes desta senhora em outro município. A equipe da instituição procurou esta senhora vislumbrando a reintegração das crianças, mas constatou que ela era proprietária de um bar com funcionamento 24h e mantinha uma relação muito instável com o companheiro. A Vara da Infância avaliou que esta senhora não possuía condições para adotar as crianças e, dois meses após, iniciou-se uma aproximação com os tios paternos. As crianças foram reinseridas à família extensa, mas não há registros de acompanhamento de egresso.

Bruno estava com 13 anos e cursava a 5ª série. Já havia sido acolhido em outra instituição durante 6 meses. A família já era acompanhada pelo Conselho Tutelar em virtude das frequentes idas para a rua e faltas escolares do adolescente. Ele já tinha se envolvido com pequenos furtos e a genitora temia que ele se envolvesse com drogas. Havia registros de visitas semanais da genitora ou do seu companheiro ao adolescente durante o período de acolhimento. O adolescente foi reinserido à família de origem após seis meses de acolhimento. A equipe realizou acompanhamento de egresso, fazendo encaminhamentos à família e auxiliando-os na busca de vaga em escola para o adolescente. Dois meses após o retorno ao convívio familiar, a genitora voltou a ser agredida pelo companheiro.

Posteriormente, foi internada em hospital devido à gravidez de risco e o adolescente buscou a instituição relatando medo de permanecer em casa sozinho.

Francisco cursava a 4ª série e estava com 13 anos, tendo sido acolhido por negligência, situação de rua e abandono. Sua família era acompanhada pelo Conselho Tutelar há 1 ano e 10 meses, e o adolescente não queria retornar para casa pois estava amedrontado após presenciar invasão de traficantes com ameaça de morte na casa da família. Após este episódio, o adolescente saiu de casa e passou a viver na rua. A genitora era moradora de rua e trabalhava como catadora de material reciclável e, durante o período em que o filho estava acolhido, fora presa por envolvimento com tráfico de drogas. O irmão demonstrou interesse que o irmão voltasse a morar com ele, mas ele também tinha envolvimento com o tráfico e fazia uso de drogas. A equipe buscou contato com a tia do adolescente, com a qual vivera durante a infância. Ainda que a tia não tenha dado entrada no pedido de guarda do adolescente, a Vara da Infância e Juventude autorizou a reinserção à família extensa, após oito meses de acolhimento. Durante o período em que esteve na instituição, o adolescente evadiu três vezes, permanecendo nas ruas por curto período de tempo (até 10 dias). A equipe realizou visitas de acompanhamento de egresso, constatando que o adolescente estava sendo acompanhado por psicólogo, além de realizar atividades no CAJUN.

Marcelo tinha 14 anos e cursava a 4ª série. Estivera acolhido em outra instituição por dois meses. A genitora era dependente química, e ele era criado por um ex-companheiro da mãe, que o registrara como filho, junto com os três irmãos. É catador de lixo, possuía casa própria, onde residia com a mãe (aposentada) e os filhos. Relatavam não ter condições de ficar com ele, frente às ameaças, conflitos e furtos que o adolescente cometera. A equipe buscou contato com tios e avô maternos do adolescente, que informaram não ter condições de criá-lo, e então o pai expressiu o desejo de reintegrar o filho. A família começou a fazer visitas semanais à instituição de acolhimento, e relatou que o adolescente ficara cerca de um ano por

longos períodos nas ruas, e comentaram a necessidade dele ficar mais tempo na instituição em virtude disto. Relataram também que a genitora parara de fazer uso de drogas. Após ser reinserido à família de origem, o adolescente entrou em conflito com o pai, pois não aceitava as regras e limites impostos por ele. A equipe realizou visita de acompanhamento ao egresso, e sugeriu inserção do adolescente em um projeto social, mas o mesmo se recusou. Quinze dias após a reinserção familiar o adolescente evadiu de casa, tomando rumo desconhecido pela família e pela equipe.

Vítor estava com 14 anos e cursava a 7ª série. Foi deixado no Conselho Tutelar pela tia materna, com quem morava desde um ano e meio de idade. A genitora era falecida, e o pai residia em outro estado, nunca tendo contribuído com os cuidados do filho. O adolescente fora abusado sexualmente por um vizinho sete meses antes do acolhimento institucional, e era acompanhado pelo Programa Sentinela. Recebia visitas frequentes da tia e da tia-avó materna. Durante o acolhimento o adolescente foi diagnosticado com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, recebendo acompanhamento profissional. A tia-avó alegava não ter condições de acolher o sobrinho, enquanto a tia afirmava não se sentir segura para que o adolescente voltasse a residir com ela, apontando o acolhimento institucional como uma alternativa ao “caminho errado” que o adolescente estava seguindo. Após quatro meses da entrada do pedido de guarda do adolescente, o adolescente foi reinserido à família extensa, após autorização da Vara da Infância e Juventude. A equipe realizou visitas institucionais à escola e a uma obra social, buscando a inserção do adolescente após a reinserção familiar.

Lívia tinha 15 anos, cursava a 1ª série, e fora acolhida por abuso sexual (por parte do padrasto) e situação de rua (por um período de seis meses). Já havia sido acolhida anteriormente por 10 meses, em duas instituições distintas da que estava. O genitor era falecido, a mãe possuía problemas mentais e o irmão também estava em situação de rua. Durante o período de institucionalização, a equipe buscou a genitora, mas a mesma afirmou

não ter condições de ficar com a filha, pois morava de favor na casa da mãe. Posteriormente foi realizado contato com a madrinha da adolescente, com quem havia morado por alguns meses antes de ir para as ruas. A mesma inicialmente afirmou não ter condições de recebê-la, mas depois demonstrou interesse no retorno da adolescente para sua casa. Relatou que desde os 10 anos a adolescente fugia de casa, sempre indo para a sua residência. Durante o acolhimento institucional a adolescente sofreu abuso sexual por parte do vigilante patrimonial. Cinco meses após o início do acolhimento a adolescente evadiu da instituição, indo se encontrar com um namorado, e após 11 dias retornou para o abrigo grávida. Após 1 ano e 4 meses a adolescente foi reinserida à família extensa (madrinha), e dias após a saída deu à luz ao bebê. Não havia indicações de acompanhamento de egresso.

Bianca, Beatriz e Marina foram acolhidas por motivo de abuso sexual, por parte do padrasto, o qual teria fugido do bairro em que residiam após ter recebido ameaças. Recebiam visitas frequentes da mãe e dos irmãos durante o acolhimento. Bianca estava com 13 anos e cursava a 4ª série, Beatriz tinha 15 anos e estava na 5ª série e Marina tinha 17 anos e cursava a 7ª série. A equipe decidiu mantê-las na escola próxima de casa, a fim de favorecer a convivência e vínculos com a comunidade. Após cinco meses institucionalizadas, o Ministério Público negou a reinserção familiar, avaliando necessidade de mais tempo para fortalecer a genitora. Após oito meses de acolhimento as adolescentes foram reinseridas à família de origem, sem registros de acompanhamento de egresso.

Discussão dos casos de reinserção familiar

Os casos de reinserção descritos podem auxiliar na compreensão deste fenômeno. Dos treze casos efetivados, seis retornaram para a família de origem, seis para a família extensa e outro foi residir com pessoas não pertencentes à família co-sanguínea (madrinha). Desta maneira, percebe-se a importância da rede de contatos das famílias, enfatizando os laços com

os parentes, que em situações de adversidade encontram nesta rede suporte para a criação dos filhos.

Verificou-se também que o tempo de permanência em acolhimento institucional das crianças e adolescentes que foram reinscridas variou de um a vinte meses, sugerindo a necessidade de maiores esforços por parte das equipes técnicas no período inicial da institucionalização. Desta maneira, possivelmente os vínculos familiares estariam preservados, o que poderia facilitar o retorno em um menor tempo, garantindo a provisoriedade da medida de abrigo.

Não constavam nos prontuários informações acerca da família das crianças e adolescentes, sistematicamente registradas, tais como a constituição familiar, a quantidade de irmãos que possuem (ainda que não estejam acolhidos em instituições) e a escolaridade e a atividade laboral dos pais ou responsáveis. Isso contradiz o que está previsto no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que determina a execução de um Estudo Diagnóstico da criança/adolescente em acolhimento institucional, sendo que deve ser levantada: a composição familiar, história e dinâmica de relacionamento entre os membros da família, entre outros dados. No que diz respeito à escolaridade, observou-se a presença de defasagem escolar em todos adolescentes acolhidos, o que não foi observado nas crianças.

Além dos encaminhamentos realizados, foi possível observar que as equipes geralmente realizavam reuniões junto aos programas que acompanham a família em questão, a fim de obter dados acerca da criança e do adolescente antes do acolhimento, daquilo que foi realizado para evitar a institucionalização e traçar metas conjuntas de atendimento à família. Assim, embora a articulação existisse com os programas, estes dados não constavam nos prontuários, como dito anteriormente. Diante desses resultados, constatou-se que a instituição de acolhimento apresentava uma interação com o exossistema presente, composto por programas sociais que constituem uma rede de apoio no processo de reintegração familiar das

crianças e adolescentes. Os autores Cassol e De Antoni (2006) e Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) apontam a rede de apoio social e afetiva como fator fundamental ao desenvolvimento pessoal, principalmente no que diz respeito à existência de situações estressoras que foram motivadoras ao acolhimento institucional.

Nos registros constatou-se ainda que não existia um plano individual de atendimento formalmente elaborado, ou seja, não constava nas fichas um planejamento das atividades que deveria ser cumprido especificamente por cada criança e adolescente. No entanto, observou-se durante a inserção ecológica que as crianças realizavam inúmeras atividades fora da instituição de acolhimento, sendo em sua maioria atividades esportivas, já os adolescentes permaneciam grande parte do tempo alternativo à escola ociosos, realizando atividades como assistir televisão, jogar videogame, ou ir à praça.

Em relação ao contato com a família durante o período de acolhimento, constatou-se que em quatro casos não há registro nos prontuários de visitas à família realizadas pelas crianças ou adolescentes em questão, ou ainda das famílias às instituições de acolhimento. Nos demais prontuários havia registros de visitas frequentes das famílias às instituições, e ainda das crianças e adolescentes às famílias em períodos determinados, como finais de semana, feriados e férias. No entanto, não constava um plano de visitação, constando datas e objetivos das visitas, bem como de acompanhamento por parte da equipe técnica ou de educadores da instituição.

Em seis dos 13 casos não havia registro de acompanhamento de egresso realizado pela equipe técnica, o que contradiz o que é preconizado pelo Art. 94 do ECA. Nos casos em que ocorreu acompanhamento das equipes após a reinserção familiar, observou-se que as ações consistiam em basicamente a realização de visitas domiciliares, a fim de observar como estaria a relação da criança ou adolescente com a família, verificar as condições de moradia em que habitavam, e a realização de encaminhamentos. Dentre os encaminhamentos feitos,

identificou-se dificuldade em conseguir vagas para as crianças e adolescentes em escolas próximas à sua residência. De acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar, consta que, sempre que possível, deve-se manter a criança ou adolescente na mesma escola em que estudava antes da aplicação da medida protetiva, de modo a preservar os vínculos comunitários, além de evitar prejuízos acadêmicos. Observa-se, no entanto, que as instituições de acolhimento raramente preservam-nos na mesma escola, geralmente transferindo-os para uma instituição de ensino próximo à de acolhimento, gerando essa dificuldade após a reinserção familiar. Assim, percebe-se que as equipes buscam a preservação do vínculo com a comunidade no entorno da instituição de acolhimento, promovendo passeios, projetos de apadrinhamento afetivo, entre outras formas, mas não buscam a preservação do vínculo com a comunidade de origem, o que permitiria a formação ou preservação de uma rede de apoio à família mínima que fosse, o que possibilitaria a redução do insucesso da reinserção familiar.

Em apenas um dos casos de reinserção familiar (o de Marcelo) ocorreu o fracasso, uma vez que o adolescente evadiu de casa, tomando rumo ignorado tanto pela família quanto pelos profissionais da instituição de acolhimento. Foi apontado pela equipe técnica como fator do insucesso neste caso a desarticulação com a rede de atendimento sócio-assistencial, mas alguns outros aspectos podem ser apontados, tais como: a ausência de visitas acompanhadas pela equipe técnica, que poderia auxiliar na resolução de conflitos familiares; a realização de visitas frequentes após o retorno à família, considerando as dificuldades apresentadas pelo adolescente e a não adesão aos encaminhamentos sugeridos pela equipe.

Considerações Finais

As instituições de acolhimento são espaços de vivências que podem influenciar o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidas. A compreensão destes espaços através do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano permite a compreensão da

relação com os sistemas mais próximos, como com as famílias, como também os mais distantes, como a influência da visão que as pessoas possuem do acolhimento institucional.

No que tange ao microsistema pesquisado, observou-se que as instituições de acolhimento possuem boas instalações físicas, além de se constituírem em espaços de promoção de desenvolvimento das crianças e adolescentes, permeados pela vinculação afetiva entre as crianças e adolescentes com os cuidadores/educadores, bem como com as equipes técnicas pesquisadas. Desta forma, estão em conformidade com os preceitos do ECA, garantindo o direito de proteção às crianças e adolescentes. Por outro lado, percebeu-se que muitas instituições de acolhimento pesquisadas não estão garantindo a provisoriedade da medida de proteção, tendo em vista o alto tempo de permanência das crianças e adolescentes no ano de 2009, atingindo uma média de 27,57 meses ($DP=21,63$). Também foi observado que a maior parte das crianças e adolescentes acolhidas neste ano permaneceu nas instituições.

No que diz respeito aos processos de reinserção familiar, constatou-se que três das seis instituições pesquisadas não efetivaram nenhuma reintegração, o que aponta a necessidade de maior investimento para que os processos de reinserção familiar se efetivem. Nos casos em que foi obtido êxito, verificou-se que a média de idade foi de 10,28 anos, grande parte possuíam irmãos acolhidos na mesma instituição e o tempo de permanência variou de um mês a um ano e oito meses ($M= 7,23$ meses, $DP=5,53$).

No que tange às ações realizadas pelas equipes a fim de promover a reinserção familiar, verificou-se que estas se baseiam principalmente na realização de visitas familiares e de encaminhamentos, visando que a condição que levou ao acolhimento da criança ou do adolescente seja alterada. Desta forma, constatou-se que a instituição de acolhimento busca a manutenção dos vínculos familiares, além de apresentar uma interação com exossistema

presente, composto por programas sociais que constituem uma rede de apoio no processo de reintegração familiar das crianças e adolescentes.

A análise dos prontuários revelou a necessidade de uma sistematização do registro formal das ações efetuadas pelas equipes técnicas, uma vez que muitas das fichas de acompanhamento não apresentavam informações elementares à história de vida da criança e do adolescente, como informações sobre a família, escolaridade, condições sócio-econômicas. Tais dados poderiam contribuir para a elaboração de um plano de atendimento personalizado voltado para a reinserção familiar dos mesmos. O descaso com registros também é verificado em outros campos de atuação, como na saúde, na polícia, entre outros, mas é de fundamental importância tendo em vista a alta rotatividade dos funcionários e da importância do histórico das crianças e adolescentes para a efetivação dos processos de reinserção familiar ou também de colocação em família substituta.

O Plano de Individual de Atendimento, cuja existência não constava nos prontuários, poderia contribuir para elaboração de ações assim como avaliação das ações já existentes que busquem diminuir o tempo em que as adolescentes permanecem no abrigo, promovendo assim o caráter provisório da medida de acolhimento institucional preconizada pelo ECA. A importância de constar em tais registros dados acerca da composição familiar da criança ou do adolescente, das visitas recebidas ou realizadas pelas crianças e adolescentes à família, bem como dos vínculos comunitários que estes possuíam antes da aplicação da medida de proteção, buscando não somente a preservação do vínculo familiar, como também a do vínculo comunitário.

Por fim, a utilização da inserção ecológica, que consiste na operacionalização do modelo bioecológico de Bronfenbrenner trouxe inúmeros ganhos para a análise dos dados coletados nos prontuários. Assim, o que muitas vezes não estava registrado nas fichas pode ser observado no dia-a-dia dos espaços de acolhimentos, ou até mesmo em conversas

informais com as crianças, adolescentes ou ainda com as equipes técnicas. Sugere-se então a utilização dessa proposta metodológica em outros estudos acerca da temática, pois enriquece a visão que os pesquisadores possuem do microsistema pesquisado e das relações proximais que são estabelecidas no local.

Referências

- Bellamy, J.L. (2008). Behavioral problems following reunification of children in long term foster care. *Children and Youth Services Review*, 30, 216-228.
- Bogdan, R.C. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora.
- Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Cecconello, A.M.& Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.
- Contini, M. L. J.(2002). A adolescência e psicologia: práticas e reflexões críticas. Em: Contini, M.L.J., Koller, S.H., & Barros, M.S.N. (Orgs.) *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Disponível em: <http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/cartilha_adolescencia_psi.pdf>.

- Cruz, L. R. (2007). Infância abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas. [Versão eletrônica] *Psicologia para América Latina*. 9. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- Eschiletti-Prati, L., Couto, M.C.P.P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S.H. (2008). Revisitando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 160-169.
- Mariano, F.N. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 21, 11-19.
- Salina-Brandão, A. & Williams, L.C.A. (2008). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 22, 334-343.
- Silva, E.R.A. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, M. & Nunes, K. (2004). Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. *Cogitare Enfermagem*, 9, 42-49.
- Siqueira, A.C. (2006). *Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2010) Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 26, 407-415.

Vasconcelos, Q.A., Yunes, M.A.M., & Garcia, N.M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19, 221-229.

Weber, L. (2003). *Pais e filhos por adoção no Brasil*. Curitiba, PR: Juruá.

CAPÍTULO III

ESTUDO II

O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento

Family reinsertion processes as seen from the standpoint of foster care technical teams

El procedimiento de reintegración familiar según experiencias del personal de instituciones de amparo

Resumo

Profissionais das instituições de acolhimento vêm encontrando sérias dificuldades para promover a reinserção familiar das crianças e adolescentes, contribuindo para um prolongado tempo de institucionalização, que pode trazer inúmeras consequências negativas para o desenvolvimento saudável destas. Este estudo investigou a visão dos integrantes das equipes técnicas de seis instituições de acolhimento de um município do Espírito Santo acerca do processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes. Foram realizados dois grupos focais, com a participação de 12 técnicos. Também foi utilizada a técnica da inserção ecológica e os dados foram registrados em Diário de Campo. Os resultados indicam credibilidade e envolvimento dos técnicos nos processos de reinserção familiar, apesar das dificuldades por eles apontadas: a não adesão das famílias aos programas de apoio familiar, a incompreensão de alguns componentes da rede sobre a família extensa, a falta de recursos financeiros das famílias e a valorização da instituição, por parte dos pais, como local ideal para seus filhos permanecerem. Superar a visão de família nuclear, promover articulação com a rede sócio-assistencial e jurídica e aplicar o princípio da brevidade são os grandes desafios

que as equipes técnicas devem vencer para promover com mais eficiência a reinserção familiar.

Palavras-chave: acolhimento institucional; crianças e adolescentes; equipes técnicas; reinserção familiar.

Abstract

Foster care professionals have encountered difficulties in their attempt to promote the reinsertion of children and adolescents with their families within their own community. This fact alone is what forces those young persons to remain in foster care institutions for a longer period of time than is thought advisable. This, in turn, triggers off a great number of negative impacts on the development of those youths as human beings. As regards the process of family reinsertion, this paper investigated the technical teams of six foster care institutions located in Espírito Santo, Brazil. Two focus groups were conducted, with the participation of 12 technicians. The ecological insertion technique was also used, and the data were all recorded in a Field Journal. The results indicate credibility and involvement of the technicians in the reinsertion process despite all these difficulties: the non-adherence of the families to the family support program; the lack of understanding of some of the network's components as regards extended families; the family's insufficiency of financial resources; and the overvaluation of the institution as the ideal environment where their children can stay. Questioning the notion that all families are nuclear, encouraging improvements in the interaction between foster care institutions and the support network, and applying the principle of brevity are the major challenges that technical teams have to face in order to efficiently promote family reinsertion.

Keywords: foster care; children and adolescents; technical teams; family reunification.

Resumen

Los profesionales de instituciones de amparo han encontrado graves dificultades al fomentar la reintegración familiar de niños y adolescentes, lo cual ocasiona una permanencia más prolongada en estas instituciones — situación que provoca innúmeros efectos negativos para el desarrollo saludable de los mismos. Este estudio tuvo como objetivo conocer la opinión de los integrantes del personal técnico de seis instituciones de amparo de un municipio de Espírito Santo, Brasil, en relación a técnicas de reintegración familiar. Fueron realizados dos grupos focales, con la participación de 12 técnicos. Fue utilizada también la técnica de integración ecológica, y los datos fueron registrados en Diario de Campo. Los resultados demuestran la credibilidad y comprometimiento por parte del personal técnico, a pesar de las dificultades por ellos registradas: la falta de apoyo de las familias en relación a los programas de ayuda familiar, la intransigencia de algunos integrantes de la red respecto a la familia extensa, la falta de recursos financieros de las familias y la valorización de la institución, por parte de los padres de familia, como establecimiento ideal para la permanencia de sus hijos. Superar la opinión del núcleo familiar, fomentar el acoplamiento con la red socio-asistencial y jurídica y poner en práctica el principio de la brevedad son los grandes desafíos que el personal técnico debe vencer para impulsar con más eficiencia la reintegración familiar.

Palabras clave: amparo institucional; niños y adolescentes; personal técnico, reintegración familiar.

Introdução

O modelo de família considerado “ideal”, ainda transmitido e predominante em nossa cultura é o da família nuclear, mas é notável que esta não é a única forma de organização familiar existente nos dias de hoje. Percebe-se o crescente aumento dos diversos arranjos familiares, dentre os quais podemos mencionar a família monoparental (apenas um cônjuge e

os filhos, geralmente matrifocais, isto é, chefiadas por mulheres) e a família recomposta (caracterizada pela presença de divorciados que geraram outras uniões).

As famílias de camadas populares são caracterizadas geralmente por serem regidas por um aspecto moral e por uma lógica de solidariedade. Assim, as famílias de classes populares geralmente não são organizadas por um núcleo, e sim por uma rede de confiança, na qual há uma obrigação moral de cuidado com o outro. Embora o modelo de família nuclear seja idealizado e aspirado pelas famílias de camadas populares, observa-se que a configuração familiar mais presente neste segmento é o de famílias matrifocais e estendidas (Bastos, Alcântara & Ferreira-Santos, 2002).

O núcleo familiar tem sido apontado enquanto contexto primordial de desenvolvimento para crianças e adolescentes (Dessen & Polonia, 2007). Na perspectiva de uma psicologia crítica tem se adotado a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner como fundamentação teórica, investigando-se os diversos contextos em que a pessoa está inserida. Bronfenbrenner privilegiou em seus estudos a análise de quatro aspectos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: “Pessoa, Processo, Contexto e Tempo”.

As interações ocorridas no ambiente imediato do organismo com pessoas, objetos e símbolos, de uma forma recíproca e cada vez mais complexa, são entendidas por Bronfenbrenner (2006) como *processos proximais*, considerados como elemento principal de sua teoria e, para que sejam efetivos, devem ser regulares e ter ocorrência em períodos duradouros de tempo.

A pessoa é compreendida pelos seus aspectos biológicos, físicos e psicológicos em interação com o ambiente (Bronfenbrenner, 2006). Características do indivíduo em desenvolvimento, como suas convicções, temperamento, motivações teriam então impacto na

maneira como os contextos são experienciados pela pessoa, tanto quanto os tipos de contexto nos quais ele se insere.

O contexto de desenvolvimento se refere aos ambientes nos quais os indivíduos estão inseridos, e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento. São eles: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O ambiente mais próximo do sujeito é definido, de acordo com essa teoria, como *microsistema*, compreendido pelas relações que o mesmo estabelece face a face com outros integrantes do seu ambiente. Assim, segundo este modelo, a família é o primeiro microsistema do ser humano em desenvolvimento, no qual as pessoas interagem.

Outro nível de desenvolvimento do ambiente é o *mesossistema*, formado pela interação com outros ambientes também configurados como microsistemas. O mesossistema “[...] é formado ou ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entra num novo ambiente” (Bronfenbrenner, 1979/2002, p. 21). O ambiente de que se trata nessa teoria não se refere exclusivamente a um espaço objetivo, ele pode ser uma nova rede social, um novo vínculo, uma comunicação, etc.

O *exossistema* consiste em ambientes que “[...] não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento” (Bronfenbrenner, 1979/2002, p.21). O *macrosistema*, por sua vez, é formado pelos valores, crenças e ideologias presentes em uma sociedade que rege e orienta a formação e a manutenção dos sistemas de ordem inferior (micro-, meso- e exo-) influenciando as formas de interação dos processos proximais e a visão de mundo que se tem (Bronfenbrenner, 1979/2002). Por fim, o tempo, ou cronossistema, consiste na seqüência de eventos que constituem a história e o cotidiano da pessoa.

A perspectiva bioecológica, pautada em uma visão sistêmica do desenvolvimento humano, permite pensar em contextos além do familiar em que crianças e adolescentes podem se desenvolver de maneira saudável. Desta maneira pode-se compreender o desenvolvimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, afastadas do seio familiar por medida de proteção por terem tido seus direitos violados, conforme previsto no Artigo n. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei nº 8069/90 (Brasil, 1990).

Apesar da provisoriedade dessa medida de proteção, caracterizada no Artigo n. 101, muitas crianças e adolescentes permanecem durante anos acolhidos na instituição, tendo sido observado um crescente aumento no número de crianças e adolescentes sob esta medida de proteção (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Vasconcelos, Yunes, Garcia, 2009). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2010 somavam aproximadamente 37 mil crianças e adolescentes vivendo em 2624 instituições de acolhimento espalhadas pelo Brasil (Fiocruz & SNAS/MDS, 2011). No Espírito Santo, contexto da presente pesquisa, constava a existência de 85 instituições de acolhimento, com 1092 crianças acolhidas, em sua maioria meninos, pardos, com média de 9,4 anos (DP= 5,0), que possuíam irmãos acolhidos na mesma instituição e que preservavam vínculos com a família de origem (54,7%). Este Estado revelou-se com maior tempo médio de acolhimento institucional (média de 2,1 anos) (Melo, 2010)

O ECA considera função das instituições de acolhimento reavaliar periodicamente cada caso, informando à autoridade judiciária sobre a viabilidade do retorno à família de origem, além de manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos. No entanto, constata-se que os profissionais das instituições de acolhimento vêm encontrando sérias dificuldades para promover a reinserção familiar das crianças e adolescentes em

situação de acolhimento institucional, em especial por dificuldades econômicas da família de origem (Silva, 2004).

Os estudos sobre esta realidade no Brasil são recentes e em quantidade ainda restrita. Indicam que as maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem são: a) as precárias condições socioeconômicas (Azôr & Vectore, 2008; Silva, 2004); b) a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar, agravadas pelo elevado tempo de institucionalização (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007; Silva, 2004; Siqueira, Massignan & Dell'Aglio, 2011); c) o uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis das crianças e adolescentes (Silva, 2004); d) a falta de planejamento e acompanhamento das visitas periódicas das crianças e adolescentes institucionalizadas às famílias ou das famílias à instituição de acolhimento pelas equipes técnicas (Cavalcante, Costa Silva & Magalhães, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2007; Siqueira, Massignan & Dell'Aglio, 2011; Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero & Dell'Aglio, 2010); e) ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação financeira das famílias (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007; Silva, 2004).

Estudos internacionais, ainda que realizados em contextos bastante diferenciados da realidade brasileira, demonstram resultados semelhantes no que diz respeito a fatores que dificultam o processo de reinserção familiar, tais como o uso de substâncias por parte de pais/responsáveis (Fernandez & Lee, 2011), déficit de habilidades parentais dos pais/responsáveis (Miller, Fisher, Fetrow & Jordan, 2006) e condições de pobreza (Kimberlin, Anthony & Austin, 2009).

Outros aspectos que tem sido bastante mencionados na literatura nacional são as crenças distorcidas acerca do papel das instituições de acolhimento e dos papéis e deveres parentais na relação com os filhos. Desta maneira, a visão de incapacidade das famílias de

classes populares para cuidar de seus filhos, por parte das equipes das instituições de acolhimento, tem se demonstrado um fator que contribui para o afastamento na relação com os familiares, proporcionando um aumento no tempo de institucionalização de crianças e adolescentes (Siqueira et. al., 2010; Siqueira, Massignan & Dell’Aglia, 2011; Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009). As famílias, por sua vez, muitas vezes apresentam falta de clareza do papel das instituições de acolhimento e procuram-nas para deixar os filhos sob seus cuidados, acreditando que as instituições teria um poder de “consertar” os filhos (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007).

No Brasil é crescente o número de pesquisadores que tem se dedicado a estudar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, principalmente no campo da Psicologia, por se considerar que um prolongado tempo de institucionalização pode trazer sérios comprometimentos ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Bellamy, 2009; Shechory & Sommerfield, 2007). Assim, o presente trabalho teve por objetivo investigar a visão dos integrantes das equipes técnicas de seis instituições de acolhimento de um município do Espírito Santo acerca do processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes.

Caracterização das instituições de acolhimento

A pesquisa foi realizada em seis instituições de acolhimento que funcionavam sob regime de parceria com o Governo Municipal. A capacidade das mesmas era de até 12 crianças, embora no momento da pesquisa algumas instituições estivessem funcionando acima do limite proposto. O público atendido era definido de acordo com a idade e o sexo da criança, respeitando a política de não-desmembramento de irmãos, conforme observado a seguir:

- Atendimento exclusivamente a meninos: Instituições D (seis a 12 anos), E (12 a 18 anos) e F (seis a 18 anos);

- Atendimento exclusivamente a meninas: Instituições A (zero a 12 anos) e B (12 a 18 anos);

- Atendimento para ambos os sexos: Instituição C (zero a 6 anos).

As instituições A e B eram mantidas por uma mesma mantenedora, enquanto as instituições C, D, E e F eram mantidas por outra mantenedora.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 12 integrantes das equipes técnicas (quatro coordenadores, quatro psicólogos e quatro assistentes sociais), caracterizados de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1

Caracterização dos participantes da pesquisa

Identificação	Sexo	Idade	Tempo de serviço	Instituição em que trabalha
P1	Feminino	35 anos	4 anos	Instituição A
P2	Feminino	32 anos	2 anos	Instituição A
P3	Feminino	35 anos	3 anos	Instituição A
P4	Feminino	46 anos	5 anos	Instituição B
P5	Feminino	30 anos	3 anos	Instituição B
P6	Feminino	44 anos	6 anos	Instituição B
P7	Feminino	25 anos	6 meses	Instituições C e F
P8	Feminino	27 anos	2 anos	Instituições C e F
P9	Feminino	28 anos	6 meses	Instituição C
P10	Masculino	31 anos	2 anos	Instituições D e E
P11	Feminino	35 anos	1 ano	Instituições D e E
P12	Feminino	30 anos	1 ano e 6 meses	Instituições C, D, E e F

Percebe-se que apenas um dos integrantes das equipes era do sexo masculino, que em sua maioria eram jovens (com idade entre 25 a 46 anos), o que é compatível com o baixo tempo de trabalho nas instituições (de seis meses a seis anos). Nota-se também que o perfil de parte dos trabalhadores acompanha o que se encontra na área da Assistência Social, caracterizado por pessoas em início de atividade profissional.

Procedimentos e instrumentos para coleta de dados

O processo de coleta de dados foi realizado com base no procedimento da inserção ecológica, que propõe um engajamento no ambiente ecológico no qual os participantes da pesquisa vivem, com o objetivo de conhecer a sua realidade. (Eschiletti Prati, Couto, Moura, Poletto & Koller, 2008). Os dados da inserção ecológica foram sistematicamente registrados em um diário de campo.

Além disto, foram realizados Grupos Focais com as equipes técnicas das instituições de acolhimento. Segundo De Antoni et al.(2001), os grupos focais objetivam a coleta de dados por meio de interações grupais, considerando a visão dos integrantes do grupo frente a um tema através de suas próprias palavras e comportamentos.

Foram realizados dois grupos com as equipes técnicas das instituições de acolhimento, sendo um com as instituições A e B, totalizando seis participantes, e outro com as instituições C, D, E e F, com a mesma quantidade de participantes. Os encontros foram realizados separadamente visando impedir que os relatos fossem polarizados em função das diferentes mantenedoras.

Os participantes foram informados individualmente sobre o tema e os objetivos da pesquisa, através de uma carta-convite para participação no grupo, sendo esta de caráter voluntário. Dos 14 membros participantes das equipes das instituições acolhedoras pesquisadas, 12 atenderam o convite, sendo que dois coordenadores não puderam comparecer devido à intensa rotina de atividade nas instituições. Durante a realização dos grupos focais

foram explicados os procedimentos adotados, sendo mencionado que os dados seriam gravados e posteriormente transcritos, garantindo-lhes o sigilo das informações. Foi realizada a leitura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e, após as concordâncias, obteve-se a assinatura dos mesmos.

Procedimento de análise dos dados e considerações éticas

Os dados coletados no grupo focal foram transcritos e analisados a partir da Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2002), com base nas proposições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (processo nº 059/09) e as diretorias técnicas das instituições de acolhimento autorizaram a sua realização através do “Termo de Concordância”.

Resultados

As instituições pesquisadas acolheram 123 crianças e adolescentes (tendo sido adotado como critério de exclusão da amostra crianças e adolescentes acolhidas por menos de um mês) no ano de 2009, sendo que apenas 13 foram reinseridos à família. Desta forma, durante o grupo focal foi investigado como se estruturam os processos de reinserção familiar, e quais os principais entraves que as equipes encontram para que estes processos se concretizem, além da concepção de família existente entre os integrantes das equipes técnicas das instituições pesquisadas.

O processo de reinserção familiar

As equipes técnicas apontaram que o processo de reinserção familiar inicia-se com o acolhimento institucional da criança ou do adolescente, onde se faz o acolhimento inicial deste, levantando a sua história de vida. Assim, procura-se identificar a composição familiar da criança ou do adolescente, para que sejam feitos contatos e visitas, conforme fala a seguir:

“(...) aí a gente identifica o núcleo inicialmente de onde ele saiu. É o primeiro lugar onde a gente vai investir. A criança morava com a avó, o avô? É lá naquele núcleo que a gente vai fazer o primeiro investimento”. (P10)

Após a avaliação inicial, construída a partir de visitas a este núcleo identificado, se for observado que não existe possibilidade de reinserção da criança ou do adolescente, a equipe busca outros núcleos familiares. Caso não existam outras possibilidades de investimento para reinserção em núcleos familiares de origem ou da família extensa, elabora-se um parecer indicando a inserção em família substituta, ou ainda a busca pela autonomia do adolescente para o desligamento por maioridade.

Nas situações em que se detecta a possibilidade de reinserção familiar (no ano pesquisado totalizavam 55 casos), a equipe técnica encaminha a família à rede sócio-assistencial objetivando dar apoio para a resolução dos problemas que levaram ao acolhimento, apesar de em muitos casos, a família não aderir a esses encaminhamentos.

“Tem todo o procedimento que a gente indica pra família e que às vezes ela não dá conta de aderir. Só que tão importante quanto o tempo da família é o tempo da criança. Aí a gente tem que ter pra nós, como equipe, um limite de tentativas”. (P11)

Além disso, alguns profissionais também indicaram dificuldades quanto ao sexo da criança, apontando maior permanência dos meninos nas instituições, uma vez que existe maior predileção dos candidatos a adotantes por meninas: *“Quando a gente busca adoção com meninos, a gente não acha. Pra menina tem até 12 anos. Para menino de oito, a gente não tá conseguindo. Não existe família no Estado do Espírito Santo que queira menino de oito anos”.* (P8)

Já no período da adolescência a permanência de meninos é mais breve, devido à evasão das instituições e permanência nas ruas. Os profissionais indicaram que durante esta fase do desenvolvimento há uma prevalência de meninas em acolhimento, sugerindo a

possibilidade de que nesta fase as meninas precisariam de maior proteção, permanecendo então acolhidas.

“(...) Menino adolescente que vem passando por violência ao longo da vida, desde a infância e que descobriu a situação de rua, consegue estabelecer uma rede na rua, ele não consegue dar conta do acolhimento.” (P10)

Observou-se também uma influência em relação à idade na determinação do tempo de institucionalização de crianças e adolescentes. Assim, se a pessoa a ser reinserida é uma criança, as equipes avaliaram que se tem menos tempo para investir na família, uma vez que nesta idade a possibilidade de adoção é maior do que em crianças maiores ou adolescentes. Por outro lado, quando a reinserção familiar é voltada para adolescentes, as equipes mencionaram que possuem um tempo maior, tendo em vista que muitas vezes esta é a única possibilidade de desinstitucionalização, já que no Brasil a adoção tardia ainda não é uma realidade concreta (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008).

Alguns entraves no processo de reinserção familiar

Durante o período de inserção ecológica observou-se que algumas instituições funcionavam acima da capacidade de acolhimento, tais como as instituições A, B, C e D e, diante desta situação, muitas equipes ficavam sem saber o que fazer para promover a mudança desta realidade, conforme observado na fala a seguir:

“E assim, crianças que já estão no abrigo há muito tempo... e assim, a gente tá com muito medo que a solução seja criar mais abrigos, sabe? Aí eles vão encher todos os abrigos que criarem [...] Ao invés de agilizar os processos”. (P12)

Em alguns casos, a situação era ainda mais crítica, com a presença de seis bebês e sete crianças pequenas em uma instituição com apenas dois educadores, dificultando a estimulação adequada das habilidades necessárias neste período do desenvolvimento. No que tange aos efeitos para as equipes técnicas, estas apontaram durante a inserção ecológica que muitas

vezes não conseguiam realizar todos os procedimentos que gostariam, tais como visitas domiciliares e contato frequente com a família.

As equipes indicaram dificuldades das famílias em relação à adesão aos encaminhamentos propostos a estas, a pequena quantidade de visitas que as crianças e adolescentes recebiam nas instituições e a visão das famílias em relação às instituições de acolhimento como empecilhos à reinserção familiar.

“Eu tô com um caso lá agora que a gente manda pra unidade, mas isso tá tão descolado da história, que não consegue aderir. Sequer até uma outra escuta fora do espaço. Você solicita, vai lá, sensibiliza, chama a família, sensibiliza, mas não cola, não adere. Vai num atendimento, não vai no outro, e isso vai refletindo”. (P4)

No que tange à visão das famílias em relação às instituições de acolhimento, as equipes apontaram que muitas delas percebem estes espaços como sendo mais benéficos aos filhos, levando em consideração a estrutura física das instituições, tais como quantos quartos possuem, quantas crianças ou adolescentes dormem em cada quarto, a presença de televisão, computador e videogame, e também a quantidade de refeições que elas fazem ao longo do dia, como se pode perceber na fala seguinte:

“Aí algumas famílias quando vão aos espaços de acolhimento tem um choque, que é um choque de realidade muito grande com a nova política. Algumas famílias vão na primeira vez [na instituição] e na outra semana já não vai mais. Pô, lá come cinco vezes no dia, tá indo pra escola...” (P1)

As equipes citaram que muitas vezes elas discutem com as famílias as diversas formas de cuidado para com os filhos, destacando as limitações e os aspectos positivos que existem em cada uma, fazendo com que as mesmas percebam que a limitação econômica por si só não pode se constituir em motivo de acolhimento institucional:

“Quando ela chegou naquele serviço e viu assim que ‘Ah, aqui meu sobrinho tá tão bem cuidado que pra que eu vou... e eu também não tenho muito tempo’. Mas na conversa de como ela cuida dos filhos dela, pela conversa, pelo relato dela, era com muito afeto, com muita provisão”. (P9)

Da mesma forma, as equipes percebiam que alguns membros da rede sócio-assistencial e jurídica também possuíam uma visão acerca das instituições de acolhimento que eram prejudiciais à reinserção familiar:

“No sentido de que a sociedade não entende qual é o papel do acolhimento institucional, os próprios órgãos de defesa e promoção têm equívocos em relação ao que é o acolhimento institucional. Assim que eu entrei no abrigo fui procurar um pouco da história de uma adolescente, e falaram assim: ‘ah, não mexe nessa família não!’. Um técnico da Vara da Infância: ‘não mexe nessa família não, fulana tá tão bem com vocês!’” (P4)

Pôde-se perceber que essas concepções podem afetar a visão que as próprias equipes possuem acerca das instituições de acolhimento, conforme se observa na fala a seguir:

“Então assim, a gente também tá começando a pensar nessa perspectiva, talvez o abrigo seja um cuidador durante a fase da infância e da adolescência mesmo, para algumas famílias”. (P8)

Buscou-se também apreender a concepção de família das equipes técnicas, tendo sido constatado que elas consideram a presença de vários arranjos familiares, podendo ser composto tanto por pessoas com as quais as crianças e adolescentes possuem laços consanguíneos, tanto por pessoas com quem possuem relações de proximidade.

“Eu considero assim, a família como um vínculo, e que pode oferecer alguma coisa de família, e de que família dentro da perspectiva que o município tá querendo adotar, que tá vinculado às relações de consanguinidade e afinidade, né?” (P4)

Por outro lado, as equipes apontaram que alguns integrantes da rede de apoio social não possuíam esta mesma concepção de família:

“[...] alguns serviços, e, alguns atores da rede, nem sempre consideram a família a partir desse pressuposto do vínculo afetivo, né, do modelo nuclear, não expande isso pros demais entes familiares, avós, tios, primos...” (P4)

Desta forma, percebe-se que esta divergência pode afetar negativamente a articulação das equipes com o exossistema das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, como comprova a fala a seguir:

“P11: Porque nosso juiz aqui tem mania de não decidir nada por ele. Tudo ele quer dar vistas pro Ministério Público. E tem coisas que ele não precisaria fazer isso. Às vezes até um final de semana de um adolescente com um parente que quer se aproximar novamente...”

P10: Porque não é parente de sangue”

Outro aspecto mencionado e amplamente discutido foi a morosidade dos processos na Justiça.

“A morosidade é infinita, decisões que não foram tomadas antes, ou pareceres que não foram dados na Justiça anteriormente, e agora, às vezes mesmo agora quando a gente já deu esse parecer, já discutiui várias vezes com a Vara da Infância, tem casos que você vê que o próprio técnico da Vara não se importa muito em cobrar o processo”. (P11)

Estes profissionais apontaram que a articulação da rede de atendimento não ocorre de maneira adequada, uma vez que os atores da Proteção Básica e da Proteção Especial não atuam em conjunto após a entrada da criança ou do adolescente na instituição. Assim, as equipes questionam: *“Se você for parar pra pensar a rede tá funcionando? A rede não tá funcionando, o que funciona são as interfaces que a gente enquanto técnicos estabelece com os serviços específicos praquele caso”. (P1)*

Discussão

As análises dos dados resultantes dos grupos focais realizados com as equipes técnicas das instituições pesquisadas denotam a influência de todos os aspectos da teoria bioecológica de Bronfenbrenner (pessoa, processo, contexto e tempo). No que diz respeito aos aspectos da *pessoa*, percebeu-se a influência do sexo e da idade da criança nos processos de reinserção. Quanto mais nova a criança, menos tempo para investimento no processo de reinserção familiar, uma vez que crianças mais novas e do sexo feminino têm maiores chances de adoção. Este dado implica em uma exigência especial na atuação da equipe técnica e impulsiona uma tendência jurídica a destituir o poder familiar o mais rápido possível quando se trata de crianças pequenas para “não se perder” a chance de uma adoção. Se por um lado o período de atuação da equipe técnica deve ser agilizado por se tratar de pessoas em rápido desenvolvimento, por outro pode-se reforçar uma visão higienista da justiça, que desautoriza principalmente os pobres na sua função parental. (Livramento, Brasil, Charpinel & Rosa, 2012)

Em relação aos *processos proximais*, verificou-se que as relações estabelecidas entre cuidadores e crianças/adolescentes muitas vezes são prejudicadas pela escassez do tempo que elas podem dedicar a cada criança, tornando o trabalho mecanizado. O Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária prevê a proporção de um cuidador/educador para cada dez crianças e/ou adolescentes, indicando a necessidade de aumento desta proporção quando houver usuários com idade inferior a um ano. Sugere então a proporção de um cuidador/educador para cada oito usuários, quando houver um usuário com necessidades específicas, ou ainda de um cuidador/educador para cada seis crianças e/ou adolescentes, quando na presença de dois ou mais usuários com demandas específicas (CONANDA/CNAS/SEDH/MDS, 2006). No entanto, percebe-se que essa proporção ainda é insuficiente, principalmente para instituições

cujo público-alvo é crianças de zero a seis anos. Observou-se, por exemplo, a presença de seis bebês e sete crianças pequenas em uma só instituição, o que indica que apenas três cuidadores/educadores não seriam suficientes para um atendimento adequado para propiciar as condições ideais para o desenvolvimento saudável destas crianças.

Assim, observa-se que uma característica presente no microsistema (alta proporção de crianças por profissionais) afeta também o mesossistema, uma vez que a relação da equipe técnica com a família não se dá com a frequência e forma desejáveis, prejudicando uma aproximação entre familiares e crianças. Desta forma pode-se questionar se a baixa frequência de visitas dos familiares às crianças se deve às características da própria família ou decorre da falta de investimento da equipe técnica nesta relação.

Se referindo às relações da instituição com os outros microsistemas das crianças, os técnicos apontam que as famílias atribuem papel de acolhimento e proteção à instituição, sendo a instituição mais valorizada enquanto um local ideal ao desenvolvimento dos filhos. De fato os dados trazidos pelos técnicos das instituições pesquisadas mostraram uma evidente diferença entre as oportunidades e condições dadas por estes dois espaços de desenvolvimento. Se o Estado não interfere nas condições mínimas para o efetivo cumprimento dos deveres constitucionais da família (sustento, guarda e educação), ele próprio acaba legitimando a visão das famílias, já apontada em outros estudos, a respeito do julgamento de superioridade da instituição em relação à família. (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007) Percebe-se que esta visão existe desde antes do ECA (Trindade, 1984), e não foi rompida mesmo após duas décadas da sua promulgação. Isso demonstra uma dificuldade na alteração das crenças existentes, indicando que as mudanças no macrosistema podem demandar longos períodos de tempo, o que reflete na dificuldade de transformação das políticas públicas. Esses dados que apontam a interdependência de valores macrosistêmicos com as práticas parentais corroboram os estudos realizados por Bronfenbrenner (1986) e

indicam que as intervenções psicossociais devem ser planejadas e executadas de forma sistêmica em toda rede de proteção, operando mudanças lentas ao longo de períodos históricos.

Dado importante também no trabalho com as famílias diz respeito ao resgate ou fortalecimento dos laços afetivos que se constituiu na principal característica das famílias, na percepção dos técnicos. Essa ideia rompe com a naturalização das famílias nucleares e amplia as possibilidades reais da criança se manter sob os cuidados da família extensa.

Fica claro que o andamento dos processos de reinserção familiar pode ser prejudicado por uma divergência entre a concepção de família das equipes técnicas e do exossistema, representado aqui pela rede sócio-assistencial e também pelo sistema jurídico, uma vez que estes últimos apresentam uma visão que se afasta da realidade, valorizando um modelo nuclear de família. Por isso, a articulação com o exossistema torna-se um grande desafio para as equipes técnicas dos espaços de acolhimento. De acordo com Yunes, Miranda e Cuello (2004),

A integração pobre entre os abrigos e destes com os demais segmentos envolvidos com a questão da infância, só fazem agravar as deficiências das instituições, que podem representar mais risco, privação social, empobrecimento relacional do que proteção/oportunidades de desenvolvimento das crianças. (p. 210)

Por fim, observou-se a influência do fator *tempo*, constituinte da teoria de Bronfenbrenner, nos processos de reinserção familiar, no estabelecimento de estratégias de intervenção e investimento na família, em função da idade e sexo da criança, bem como nas interferências recebidas principalmente da justiça. A esse respeito os técnicos apontam a morosidade da justiça como um empecilho para a reinserção familiar a despeito do que, efetivamente, tem se feito ou não para que as famílias adquiram as condições de reaverem o convívio com seus filhos.

Considerações Finais

As instituições de acolhimento são espaços que devem garantir o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Ao analisar os processos de reinserção familiar com a lente do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, podem-se relativizar a responsabilidade unilateral dos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento, ao evidenciarem-se as condições micro, meso, exo e/ou macrosistêmicas envolvidas na efetivação destes processos.

A análise dos dados indica que o processo de reinserção familiar traça o seguinte percurso: acolhimento inicial, com identificação da história de vida da criança ou do adolescente e dos seus núcleos familiares; realização de visitas familiares com vistas à avaliação sobre a possibilidade de efetivação do processo; encaminhamentos para a rede sócio-assistencial; e visitas domiciliares.

As reflexões trazidas pelas equipes técnicas a respeito do tempo (tempo da criança na instituição, morosidade da justiça e falta de tempo da equipe técnica para promover as ações necessárias com a família) revela ser este um dos pontos de tensão a ser enfrentado e resolvido na questão da reinserção familiar. O desdobramento de se praticar o princípio da excepcionalidade e da brevidade na instituição de acolhimento acarreta uma rearticulação entre a instituição e sua rede de apoio, incluindo a justiça. Praticando o melhor interesse da criança as equipes precisam receber o reforço no número de profissionais e ter uma atuação mais conjunta com o poder jurídico.

Os técnicos envolvidos no presente estudo demonstram credibilidade e envolvimento nos processos de reinserção familiar apesar das dificuldades por eles apontadas: a não adesão das famílias aos programas de apoio familiar, a incompreensão de alguns componentes da rede sobre a família extensa, a falta de recursos financeiros das famílias e a valorização da instituição como local ideal para seus filhos permanecerem. Para que ocorra uma melhoria

nos resultados da atuação dos mesmos é necessária uma maior articulação a nível local das políticas públicas existentes, da Proteção Básica à Proteção Especial, não deixando as responsabilidades pelas ações visando à reinserção familiar por conta somente das instituições de acolhimento.

Referências

- Azôr, A.M.G.C., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(1), 77-89. doi:10.1590/S0103-166X2008000100008.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, A. C. de S., Alcântara, M. A. R. de, & Ferreira-Santos, J. E. (2002). Novas famílias urbanas. Em Lordelo, E.R; Carvalho, A. M. & Koller, S. H. (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. (pp. 99-135). São Paulo/Salvador: Casa do Psicólogo/Universidade Federal da Bahia.
- Bellamy, J.L. (2008). Behavioral problems following reunification of children in long term foster care. *Child and Youth Services Review*. 30(2), 216-228. doi: [10.1016/j.childyouth.2007.09.008](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.09.008).
- Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a context for human development: research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742. doi: [10.1037/0012-1649.22.6.723](https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723).
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (2006). The Bioecological Model of Human Development. Em: R.M. Lerner & W. Damon (Ed.), *Theoretical Models of Human Development*. Vol. 1 of the *Handbook of Child Psychology (5th ed.)* New York: Wiley.
- Cavalcante, L.I.C.; Costa Silva, S.S. & Magalhães, C.M.C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar & Subjetividade*. 10(4), 1147-1172.
- CONANDA/CNAS/SEDH/MDS (2006). *Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em 13 de junho de 2011, em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/plano-nacional-de-promocao-protacao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-a-convivencia-familiar-e-comunitaria/plano-nacional-de-promocao-protacao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-a-convivencia-familiar-e-comunitaria>.
- De Antoni, C., Martins, C., Ferronato, M.A., Simões, A., Maurenre, V., Costa, F. & Koller, S.H. (2001). Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 53 (2), 38-53.
- Dessen, M.A. & Polonia, A.C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)* 17(36), 21-32. doi:10.1590/S0103-863X2007000100003.
- Eschiletti Prati, L.E.; Couto, M.C.P.P.; Moura, A.; Poletto, M. & Koller, S.H. (2008). Revisitando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 21 (1), 160-169. doi: 10.1590/S0102-79722008000100020

Fernandez, E. & Lee, J. (2011). Returning children in care to their families: factors associated with the speed of reunification. *Child Indicators Research*, 4(4), 749-765. doi:10.1007/s12187-011-9121-7.

Fiocruz & SNAS/MDS (2011). *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em 13 de junho de 2011, em

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/encontro-nacional-de-monitoramento-do-suas-2011/arquivos/mesa-6/Levantamento%20Nacional%20das%20Crianças%20e%20Adolescentes%20em%20Serviços%20de%20Acolhimento.pdf>

Kimberlin, S.E.; Anthony, E.K. & Austin, M.J. (2009). Re-entering foster care: trends, evidence, and implications. *Children and Youth Services Review*, 31, 471-481. doi: [10.1016/j.childyouth.2008.10.003](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.10.003).

Livramento, A.M.; Brasil, J.A.; Charpinel, C.P. & Rosa, E.M. (2012). A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. *Argumentum*, 4(1), 173-186.

Mariano, F.N. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 11-19. doi: 10.1590/S0102-79722008000100002.

Melo, A.A. (2010). *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Acesso em 13 de junho de 2011, em

http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/eca20/Ana_Angelica_Melo_MDS_dados_SC.pdf

Miller, K.A.; Fisher, P.A.; Fetrow, B. & Jordan, K. (2006). Trouble on the journey home: reunification failures in foster care. *Children and Youth Services Review*, 28, 260-274. doi: [10.1016/j.childyouth.2005.03.010](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2005.03.010).

- Oliveira, A.P.G. & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(4), 622-635. doi: 10.1590/S1414-98932007000400005.
- Shechory, M. & Sommerfield, E. (2007). Attachment Style, Home-Leaving Age and Behavioural Problemas among Residential Care Children. *Child Psychiatry and Human Development*, 37(4), 361-373. doi: 10.1007/s10578-007-0051-z.
- Silva, E.R.A. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Siqueira, A. C. & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1). doi: 10.1590/S0102-71822006000100010.
- Siqueira, A.C. & Dell'Aglio, D.D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 17(3), 134-146.
- Siqueira, A.C., Zoltowski, A.P., Giordani, J.P., Otero, T.M., & Dell'Aglio, D.D. (2010). Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 7-15. doi: 10.1590/S1413-294X2010000100002.
- Siqueira, A.C.; Massignan, L.T. & Dell'Aglio, D.D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, 21 (50). doi: 10.1590/S0103-863X2011000300011
- Trindade, Z.A. (1984). A realidade social de meninos institucionalizados. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP.

Vasconcelos, Q.A., Yunes, M.A.M. & Garcia, N.M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19 (43), pp. 221-229. doi: 10.1590/S0103-863X2009000200010

Yunes, M.A.M.; Miranda, A.T. & Cuello, S.E.S. (2004). Em: Koller, S.H. (Org.) *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. Casa do Psicólogo.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve por objetivo estudar como se estrutura o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Município de Vitória/ES, utilizando como referencial teórico a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Para isso, foram realizados dois estudos seqüenciais, que permitiram confirmar a importância da realização de pesquisas científicas que busquem conhecer o processo de transição ecológica da reinserção familiar de crianças e adolescentes que estão ou estiveram sob medida de proteção.

A utilização da teoria Bioecológica permitiu a articulação com os sistemas mais próximos, como a relação da instituição com a família das crianças e adolescentes, como também os mais distantes, como a influência da visão que as pessoas possuem do acolhimento institucional e também das pessoas que ali estão sob medida de proteção. A operacionalização desta teoria, na metodologia de inserção ecológica, permitiu que a pesquisadora acompanhasse as equipes durante um período de tempo prolongado, realizando visitas domiciliares, visitas institucionais, participando de reunião de equipes, enfim, acompanhando uma quantidade significativa das ações realizadas pelas equipes.

Assim, obteve-se uma vasta quantidade de dados que foram parcialmente analisados, significando que a pesquisa, embora tivesse que se apresentar sistematicamente nesta dissertação, terá conteúdo para posteriores reflexões e sistematizações científicas.

Alguns desafios se fizeram presentes neste estudo e um delas foi optar por apresentar os resultados em forma de artigos. Apesar de ser uma forma bem produtiva a dificuldade na limitação do número de páginas e o maior tempo necessário para escrever um texto em formato de artigo foi, no mínimo, desafiador.

Outro desafio foi a escassez de pesquisas voltadas para a percepção das equipes técnicas das instituições de acolhimento, tendo em vista que a maior parte dos estudos nesta área são voltados para a realização de entrevistas com as crianças, adolescentes e com as famílias envolvidas neste processo.

No Estudo I constatou-se que no período estudado (ano 2009) foram acolhidas 123 crianças e adolescentes das quais somente 13 foram reinseridas (cinco crianças e oito adolescentes). As ações objetivando a reinserção basearam-se principalmente na realização de visitas familiares e em encaminhamentos para a rede de apoio sócio-assistencial.

No Estudo II foi verificada a credibilidade e o envolvimento dos técnicos nos processos de reinserção familiar apesar das dificuldades por eles apontadas: a não adesão das famílias aos programas de apoio familiar, a incompreensão de alguns componentes da rede sobre a família extensa, a falta de recursos financeiros das famílias e a valorização da instituição como local ideal para seus filhos permanecerem. A articulação com a rede sócio-assistencial e jurídica torna-se um grande desafio para as equipes técnicas dos espaços de acolhimento.

Algumas reflexões são importantes e devem ser realizadas, pois perpassam a temática dos dois estudos realizados. Como demonstrado no Estudo I, constatou-se que os principais motivos para o acolhimento institucional nos espaços pesquisados foram: negligência (27,39%), abandono (19,75%), situação de rua (15,92%), maus tratos (8,92%), abuso sexual (5,73%), dependência química e/ou alcoólica dos pais (5,10%). Silva (2007) aponta que “muitas crianças e adolescentes que estão institucionalizados estão pela impossibilidade de seus pais suprirem minimamente suas necessidades mais básicas”.

Assim, embora o ECA determine que a pobreza não seja fator de encaminhamento para acolhimento institucional, o que se observa é que muitos motivos alegados acabam por esconder o real determinante para o acolhimento, que é a pobreza. Quando se fala em negligência, grande parte das vezes refere-se à negligência material, como alimentação,

habitação e higiene (Cruz, 2007). Já o abandono, muitas vezes este é determinado pela percepção das famílias de que as instituições de acolhimento são melhores para os filhos, conforme demonstrado nos Estudos I e II desta dissertação. Fonseca (2004, como citado em Costa e Ferreira-Rossetti, 2009) afirma que com a insuficiência de políticas públicas adequadas as instituições de acolhimento funcionam como “colégios internos” para as crianças e adolescentes pobres, quando suas mães vivenciam o esgotamento dos recursos financeiros e de sua rede social de apoio. Desta forma, percebe-se que, conforme apontado por Juliano (2005, como citado em Vasconcelos, Yunes e Garcia, 2009, p.223), “a condição social das famílias das crianças e adolescentes institucionalizados influencia diretamente tanto na justificativa para a institucionalização, quanto para a longa permanência das mesmas nos abrigos”.

Fonseca (2004, como citado em Costa e Ferreira-Rossetti, 2009) aponta que historicamente, Estado e sociedade têm exigido das famílias considerável responsabilidade do bem estar dos seus, porém, sem a contrapartida da efetiva oferta de recursos públicos facilitadores. Estas famílias são dependentes da ação das políticas públicas e se encontram em situação de vulnerabilidade, por isso passíveis da intervenção de quem deveria protegê-las. Assim, a família é culpabilizada por uma situação onde o responsável de fato é o Estado, tendo em vista a ineficácia das políticas públicas no atendimento às famílias empobrecidas.

A história sobre a infância em risco no nosso país mostra que as políticas públicas voltadas para esta área sempre priorizaram a institucionalização em detrimento de políticas de reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares. Além disso, desde as primeiras leis brasileiras sobre a tutela da família, que datam do início do século XX, a questão financeira figurou como o principal motivo para a desqualificação da família pobre, conseqüentemente legitimando as ações de ingerência do Estado. A falta de políticas de cunho social voltadas para as necessidades das famílias foi historicamente negligenciada e o discurso da

incompetência dos pobres fortaleceu-se entre os técnicos do governo. Apesar do ECA ter apregoado a indiferenciação no tratamento de crianças e adolescentes de classes sociais distintas, ainda assim é muito presente as concepções da incapacidade dos pobres de cuidar dos filhos (Nascimento, Cunha & Vicente, 2008).

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) indicam que os resultados de pesquisas nacionais e internacionais revelam a importância da coesão familiar para manutenção dos vínculos familiares. Portanto, a retirada dos filhos da convivência familiar, além de não resolver os problemas das crianças, pode submeter à família a mais uma situação de sofrimento pelo afastamento da criança.

Fica evidente a necessidade de uma rede articulada que funcione em prol do desenvolvimento das crianças e de suas famílias. É preciso unir esforços para minimizar os efeitos da institucionalização da criança e do adolescente, bem como amenizar a inevitável condição de violência sofrida pela família cujos membros foram retirados do convívio familiar. As políticas públicas devem ser pautadas na promoção do bem-estar das inúmeras famílias submetidas diariamente às frequentes situações de abandono social e pessoal em nosso país.

REFERÊNCIAS

- Azôr, A.M.G.C.C.V. & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias neste processo. *Estudos de Psicologia: Campinas*, 25 (1), pp.77-89.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, M.J. (2008). A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. Em: Kaloustian, S.M. (Org.). São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNICEF.
- Bellamy, J.L. (2008). Behavioral problems following reunification of children in long term foster care. *Child Youth Serv Rev.* 30 (2) , 216-228.
- Bogdan, R.C. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora.
- Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998) The ecology of developmental processes.
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. Em: Lordelo, E., Carvalho, A. & Koller, S.H. (Coord.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cecconello, A.M.; Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16.

Contini, M.L.J. (2002). A Adolescência e Psicologia: práticas e reflexões críticas. Em: Contini, M.L.J. & Koller, S.H. *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Cruz, L. R. (2007) Infância abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas. [Versão eletrônica] *Psicologia para América Latina*. n. 9. México: 2007.

De Antoni, C. & Koller, S.H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. [Versão eletrônica] *Estudos de Psicologia*. Natal, 5 (2), pp. 347-381.

De Antoni, C., Martins, C., Ferronato, M.A., Simões, A., Maurenente, V., Costa, F., Koller, S.H. (2001) Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 53 (2), pp. 38-53.

Fante, A.P. & Cassab, L.A. (2007). Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, (7).

França, M. (2006). *Famílias acolhedoras: preservando a convivência familiar e comunitária*. São Paulo, Veras Editora.

Gomes, P.R. (2007, Agosto 17). 750 crianças e adolescentes estão hoje em orfanatos ou casas de instituição de acolhimento no ES. A Gazeta. Acessado em Maio 10, 2008, de <http://www.gazetaonline.globo.com>

Livramento, A.M. & Marochio, A.R. (2009). *Perfil das crianças e adolescentes acolhidos no Município de Vitória-ES*. Relatório não-publicado realizado pela Vara Especializada da Infância e da Juventude de Vitória. 2009.

Livramento, A.M. Charpinel, C.P. Brasil & Rosa, E.M. (2010). “E se culpa os pais por tudo”: *Análises dos processos de destituição do poder familiar*. Anais do Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

- Mariano, F.N. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? [Versão eletrônica] *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 21 (1). pp. 11.19.
- Marcilio, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. Em: Freitas, M.C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- Martinez, A.P.M. (2006). *Adolescentes no momento de saída da instituição de acolhimento: um olhar sobre os sentidos construídos*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 4 (1).
- Nascimento, M.L., Cunha, F.L. & Vicente, L.M.D. (2008). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, 14 (7).
- Oliveira, A.P.G. & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27 (4), pp. 622-635.
- Pratti, L.E.; Couto, M.C.P.P.; Moura, A.; Poletto, M. & Koller, S.H. (2008). Revisitando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 21 (1), pp.160-169.
- Ribeiro, M.O.& Ciampone, M.H.T. (2002). Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. [Versão eletrônica] *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 36 (4). pp. 309-316.
- Rizzini, I. (1997). *Século Perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil*. São Paulo: Amais.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios no presente*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola.

Silva, E.R.A. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.

Siqueira, A.C. (2006). *Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Silva, M.I.R.S.(2007). *Crianças e adolescentes abrigados: vínculos e rupturas na história de convivência familiar e comunitária*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1).

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (no prelo) Perfil de crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social e afetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

Snizek, B.K. (2007). *Relações familiares em “casa-lares” de Curitiba-Paraná-Brasil*.

Trabalho apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre,

Rio Grande do Sul, 2007. Acesso em: 26 out. 2008. Disponível em:

http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=36&Itemid=32&limit+10&limitstart=0&order=date&dir=ASC.

Szymanski, H. (1997). Teorias e “teorias” de famílias. Em: Carvalho, M.C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ/Cortez.

Vasconcelos, Q.A.; Yunes, M.A.M. & Garcia, N.M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19 (43) 221-229.

Vargas, M. (1998). *Adoção tardia: Da família sonhada à família possível*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Weber, L. (2003). *Pais e filhos por adoção no Brasil*. Curitiba, PR: Juruá.

Xavier, A. (2008). *As ações, lutas, estratégias e desafios no momento de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Espírito Santo*. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Yunes, M.A.M.; Miranda, A.T. & Cuello, S.E.S. (2004). Em: Koller, S.H. (Org.) *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. Casa do Psicólogo.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO

- Nome (iniciais):
- Data de nascimento:
- Idade:
- Escolaridade (série e escola):
- Pai (iniciais):
- Profissão do pai:
- Grau de escolaridade do pai:
- Mãe (iniciais):
- Profissão da mãe:
- Grau de escolaridade da mãe:
- Composição familiar (irmãos, tios, avós / Relatar idade e ocupação):
- Responsável:
- Possui irmãos em situação de acolhimento?
- Endereço da família de origem(somente bairro):
- Situação habitacional:

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- É acompanhado por algum?
- Qual (ais)?

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

- Data do encaminhamento:
- Órgão encaminhador:
- Motivo:
- Data de saída:
- Tempo total de abrigamento:
- Motivo da saída:
- Já esteve em outra instituição de acolhimento antes? Qual? Por quanto tempo?

VIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA

- Houve?
- Por quanto tempo?
- Qual o motivo?

SITUAÇÃO DE SAÚDE

- Possui alguma doença? Qual?
- Qual tipo de acompanhamento oferecido?
- Faz uso de medicamento? Qual?
- Já fez uso de drogas? Qual?
- Faz uso de drogas? Qual?

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

(Deve-se focar nos **processos relacionados à reinserção familiar**)

- Há plano individual de atendimento?

- Quais atividades planejadas?
- Quem participou do planejamento?
- Qual a data de realização do planejamento?
- Já evadiu da instituição?
 - Data:
 - Motivo:
 - Destino:
 - Tempo de duração da evasão:
 - Conseqüências:
- Visitas aos familiares (Relatar todas)
 - Data:
 - Quem foi visitado?
 - Quais as impressões relatadas? (sucessos e fracassos)
- Visitas dos familiares à instituição (Relatar todas)
 - Data:
 - Quem compareceu à instituição?
 - Quais as impressões relatadas? (sucessos e fracassos)
- Reinserção familiar
 - Data:
 - Quem realizou?
 - Quais as impressões relatadas?
- Há acompanhamento pós-desinstitucionalização?
 - Como é realizado?
 - Impressões relatadas sobre a criança/adolescente no novo ambiente ecológico.
- Retorno à situação de acolhimento institucional após reinserção familiar

- Houve?
- Quanto tempo após a reinserção familiar?
- Qual o motivo alegado para que isso ocorresse?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo da presente pesquisa consiste em verificar como se estrutura o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em entidades do Município de Vitória, ES, a partir da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Para isso, serão realizados Grupos Focais com as equipes técnicas das instituições de acolhimento, bem como a análise de prontuários do ano de 2008. Espera-se que esta pesquisa possa colaborar com as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, contribuindo para subsidiar reflexões sobre intervenções e implementações de novas estratégias nas instituições de acolhimento e permitir avanços teóricos para o estudo na área.

Esclarecimentos ao participante:

- A participação na pesquisa tem caráter voluntário e sem qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da mesma.
- A colaboração do participante se fará de forma anônima e segura, sem trazer nenhum risco à sua saúde física ou mental.
- Os resultados serão divulgados em congressos e publicações em revistas especializadas.
- Fica assegurado o uso estritamente científico do registro obtido a partir da gravação dos grupos focais.
- Sempre que desejar será fornecido esclarecimentos sobre cada etapa da pesquisa.
- A qualquer momento o participante poderá recusar sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

- As informações fornecidas pela participação na pesquisa não permitirão a identificação da pessoa, exceto ao pesquisador responsável.

Identificação do participante:

Nome: _____

RG: _____ Órgão emissor: _____

Estando de acordo e ciente do exposto acima, assinam o presente termo em duas vias.

Vitória, _____ de _____ de 2009.

Participante

Pesquisador

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa do pelo telefone 3335-7504 ou pelo e-mail cep@ccs.ufes.br